

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY”  
UNIGRANRIO**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA**

**Mestrado em Administração**

**Antonio Francisco Corno**

**TRABALHO EM CASA: QUANDO A NECESSIDADE SE IMPÔS?**

**Rio de Janeiro  
2021**

**Antonio Francisco Corno**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de mestre em Administração.

Área de Concentração:  
Gestão Organizacional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rejane Prevot  
Nascimento

Rio de Janeiro  
2021

C819t Corno, Antonio Francisco.

Trabalho em casa: quando a necessidade se impôs? / Antonio Francisco Corno. – Rio de Janeiro, 2021.

88 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Rejane Prevot Nascimento”.

Referências: f. 83-88.

1. Administração. 2. Home office. 3. Pandemia COVID-19. 4. Produção. 5. Consumo. I. Nascimento, Rejane Prevot. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 658

1.

# **TRABALHO EM CASA: QUANDO A NECESSIDADE SE IMPÔS?**

Antonio Francisco Corno

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA DA UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY” COMO PARTE INTEGRANTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO.

Examinada por:

---

Professora Dr<sup>a</sup> Rejane Prevot Nascimento

---

Professora Dr<sup>a</sup> Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta

---

Professora Dr<sup>a</sup> Débora Vargas Pereira Costa

RIO DE JANEIRO, RJ - Brasil

Fevereiro de 2021

## **Agradecimentos**

Em um mundo em que se idolatra o 'EU', agradeço a todos os que contribuem para que o meu 'EU' não deseje mais ser 'EU', não por intenção de ser um outro 'EU', mas pela diluição em 'NÓS'. Nesse sentido, início cumprimentando Anna, 'NÓS' em todas as horas, capaz de promover a disposição necessária ao cuidado pelo convívio em todos os empreendimentos para os quais a presença tem se aberto em nossa vida em comum;

Dessa vida em comum nasceram Anna Lucia e Giovanni, 'NÓS' incondicionais. Grato por compreenderem as ausências, as ansiedades, as inquietações. Gio, obrigado pela transcrição das entrevistas. Camilinha, afilhada querida, valeu pela revisão aos 45' do segundo tempo, conte comigo na tua...

Aos meus pais, cujo ser me inspira;

À professora Dr<sup>a</sup>. Rejane Prevot Nascimento pela valiosa orientação na construção social que fez surgir o caminho no qual o tornou possível esta dissertação, corrigindo minhas constantes tentativas de derivações ao 'Eu' idiopático;

Aos professores do curso pela dedicação e grandiosos ensinamentos que muito representam;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação pela troca amigável e produtiva, É NÓS!

## RESUMO

Durante a pandemia da COVID-19, o Ministério da Saúde determinou o isolamento social como medida para possibilitar a redução da velocidade de transmissão da doença. O isolamento possibilitou a uma pequena parcela da força de trabalho brasileira adotar o *home office* como modalidade laboral. O título desta pesquisa convida à reflexão – “Trabalho em casa: quando a necessidade se impôs?” No entanto, para questionar o real sentido da imposição, outras perguntas devem ser feitas. Por que a necessidade se impôs para um grupo restrito de trabalhadores? Que elementos principais estruturam a necessidade que se impôs?

O referencial teórico estruturante deste trabalho partiu da dialética consumo/produção proposta por Marx (2005) em “Para a Crítica da Economia Política”. O objetivo da dissertação foi analisar dados sobre experiências de trabalho em casa vivenciadas durante o isolamento provocado pela pandemia de COVID-19, com o propósito de verificar a relação existente entre a prática do *home office* e: produtividade e custo do trabalho; a capacidade de consumo do trabalhador como elemento habilitador à prática do *home office* e os impactos negativos à qualidade de vida dos trabalhadores. Para realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem quanti-qualitativa.

Os resultados da pesquisa indicam a influência do aumento da produtividade e redução do custo como requisitos necessários à adoção do ‘trabalho em casa’. A modalidade laboral investigada permanece circunscrita a um grupo de trabalhadores caracterizado por aspectos decorrentes da capacidade de consumo. A maioria dos respondentes relata sobrecarga de trabalho e inadequabilidade do posto de trabalho improvisado, o que pode provocar impactos à qualidade de vida no trabalho. O *corpus* produzido pela pesquisa também permite observar que, além dos determinantes básicos, existem outros fatores objetivos e subjetivos derivados da dialética produção/consumo como fundamentais para “imposição” do *home office* como necessidade.

**Palavras-chave:** *home office*; tecnologia; produção e consumo.

## ABSTRACT

During the COVID-19 pandemic, the Ministry of Health determined social isolation as a measure to make it possible to reduce the speed of transmission of the disease. The isolation caused a small portion of the Brazilian workforce to adopt the home office as a work modality. The title of this research invites reflection - "Work at home: when was the need imposed?" However, to question the real meaning of the imposition, other questions must be asked. Why was the need imposed on a restricted group of workers? What are the main elements that structure the need that was imposed?

The theoretical framework for this work is based on the consumption / production dialectic proposed by Marx (2005) in "For the Critique of Political Economy". The objective of the dissertation was to analyze data on experiences of working at home lived during the isolation caused by the pandemic of COVID-19, with the purpose of verifying the relationship between the practice of the home office and: productivity and cost of work; the worker's consumption capacity as an enabling element for the practice of the home office and the negative impacts on the workers' quality of life. To carry out the research, a quantitative and qualitative approach was used.

The survey results indicate the influence of increased productivity and reduced costs as necessary requirements for the adoption of 'work at home'. The investigated labor modality remains limited to a group of workers characterized by aspects resulting from consumption capacity. Most respondents report work overload and inadequacy of the workplace, which can have an impact on the quality of life at work. The corpus produced by the research also shows that, in addition to the basic determinants, there are other objective and subjective factors derived from the production / consumption dialectic as fundamental to the "imposition" of the home office as a necessity.

Keywords: *home office*, technology, production e consumption.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1- As dimensões da tecnologia por Álvaro Viera Pinto**

**Tabela 2 - Comentários sobre o *home office* nas redes sociais – Fonte: *Orbit Data Science***

**Tabela 3 - Continuidade do 'trabalho em casa' durante a pandemia**

**Tabela 4 - Planejamento para implantação do *home office* pós pandemia**

**Tabela 5 - Saída do *home office* x impacto na produção**

**Tabela 6 - Custo x Saída do *home office***

**Tabela 7 - Planejamento da implantação x custo de produção**

**Tabela 8 – Planejamento da implantação x produtividade**

**Tabela 9 – Investimento realizado pelo trabalhador x permanência em home office**

**Tabela 10 – Investimento realizado pelo trabalhador x planejamento para manutenção home office**

**Tabela 11 - Designação dos grupos de trabalhadores**

**Tabela 12 - Trabalhadores entrevistados**

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1 - Evolução do *home office* em 2020 (início do ano) - Fonte: *Orbit Data Science***

**Figura 2 - Evolução do *home office* em 2020 (fim de setembro) - Fonte: *Orbit Data Science***

**Figura 3 - Percentual de respondentes por sexo**

**Figura 4 - Faixa etária dos respondentes**

**Figura 5- Escolaridade dos respondentes**

**Figura 6 - Percentual de respondentes caracterizados como trabalhadores**

**Figura 7 - Percentual de respondentes que estão em busca de trabalho**

**Figura 8 - Tempo de busca por ocupação**

**Figura 9 - Percentual de respondentes que perderam trabalho em função da pandemia**

**Figura 10 - Percentual de respondentes que consideram que a atividade poderia ser executada em *home office***

**Figura 11 - Segmento da economia**

**Figura 12 - Vínculo de trabalho**

**Figura 13 - Número de pessoas na residência**

**Figura 14 – Tempo do percurso residência - trabalho**

**Figura 15 - Impacto na produção**

**Figura 16 - Impacto no custo**

**Figura 17 - Realização de investimento pelo trabalhador**

**Figura 18 - Equipamentos e estrutura**

**Figura 19 - Tipo de investimento realizado**

**Figura 20 - Concordância com as afirmações**

**Figura 21 - Término do *home office* durante a pandemia**

**Figura 22 - Planejamento para adoção do *home office* após a pandemia**

**Figura 23 - Saída do *home office* x impacto na produção**

**Figura 24 - Custo x Saída do *home office***

**Figura 25 - Planejamento da implantação x custo de produção**

**Figura 26 - Planejamento da implantação x produtividade**

**Figura 27 – Investimento realizado pelo trabalhador x permanência em *home office***

**Figura 28 – Investimento realizado pelo trabalhador x planejamento para manutenção *home office***

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Contextualização do Problema</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Objetivos</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Delimitação da Pesquisa</b>	<b>14</b>
<b>1.4 Relevância do Trabalho</b>	<b>15</b>
<b>1.5 Organização Geral do Trabalho</b>	<b>16</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>17</b>
<b>2.1- A organização do trabalho e a inserção de tecnologias no modo de produção capitalista</b>	<b>18</b>
<b>2.2 - Uma visão crítica sobre a dialética Produção/Consumo</b>	<b>26</b>
<b>2.3 - Análises crítica do fenômeno ‘trabalho em casa’</b>	<b>31</b>
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>43</b>
<b>3.1 A pesquisa quantitativa</b>	<b>43</b>
<b>3.2 A pesquisa qualitativa</b>	<b>44</b>
<b>4. RESULTADOS OBTIDOS</b>	<b>46</b>
<b>4.1 Resultados da pesquisa quantitativa</b>	<b>46</b>
<b>4.2 Análise dos resultados da pesquisa quantitativa</b>	<b>57</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
<b>ANEXO I ROTEIRO DA PESQUISA QUANTITATIVA</b>	
<b>ANEXO II ROTEIROS DA PESQUISA QUALITATIVA</b>	

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do Problema

No início de 2020, a pandemia de COVID-19 marcou fortemente o mercado de trabalho mundial. Em 26 de fevereiro de 2020 foi formalmente reconhecido que a doença tinha chegado ao Brasil, após o reconhecimento do primeiro caso de contaminação da América do Sul. Segundo a imprensa, o infectado seria um homem de 61 anos, recém-chegado de viagem à Itália. Durante a pandemia, o Ministério da Saúde determinou o isolamento social como medida para possibilitar a redução da velocidade de transmissão da doença, possibilitando ao Sistema Único de Saúde - SUS disponibilizar um número de leitos capaz de atender à demanda dos casos mais graves. As taxas de isolamento social no Brasil quase sempre ficaram aquém do desejado pelas autoridades sanitárias e caíram significativamente em razão do tempo de duração da pandemia (RABELO, 2020).

O contexto econômico brasileiro, durante a pandemia, colaborou significativamente para a redução da possibilidade de isolamento. Segundo dados do IBGE, em janeiro de 2020, antes do início da pandemia, a população desocupada no Brasil já perfazia 11,9 milhões de pessoas e, entre os que mantinham uma ocupação, a taxa de informalidade atingiu, em janeiro de 2020, 40,7% da população ocupada. Ainda de acordo com o Instituto, a desocupação e a informalidade aumentaram significativamente no cenário da pandemia (IBGE, 2020).

Considerando a “imposição da necessidade” do ‘trabalho em casa’<sup>1</sup> gerada pela pandemia, negada ao grupo de trabalhadores considerados essenciais (área da saúde, segurança, alimentação, limpeza, entrega), que outros elementos de determinação permitiram a uma parcela dos trabalhadores adotar o *home office*, enquanto a grande maioria teve dificuldade em manter a quarentena em razão de suas atividades laborais?

O trabalho no mundo contemporâneo é fortemente marcado pelo uso da tecnologia. As ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC intervêm nos processos produtivos como um conjunto de recursos técnicos, que podem atuar de maneira isolada ou integradamente. São exemplos dessas ferramentas: hardwares, softwares, equipamentos de telecomunicações.

---

<sup>1</sup>A marcação com aspas simples é usada pela fenomenologia para delimitar o objeto estudado como aquele que está imediatamente disponível à consciência, rejeitando-se os princípios que o fundamentam. É nesse sentido que a pesquisa utilizará essa marcação.

Nos últimos 20 anos, segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) houve aumento significativo e gradual na utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC (CGI, 2018). A tecnologia informacional, que vem expandindo-se exponencialmente desde os anos 1970 fez surgir, por exemplo, as plataformas digitais para prestação de serviço (Uber<sup>2</sup>, Airbnb<sup>3</sup>, IFood<sup>4</sup>, EAD<sup>5</sup>, etc.) e as tecnologias de autoatendimento, “precarizando” as condições laborais e eliminado milhões de postos de trabalho no mundo inteiro (ANTUNES, 2018).

Também despontam outras possibilidades de organização laboral, por exemplo o trabalho em casa - *home office* suportado pelas ferramentas de TIC. No Brasil, segundo pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades SOBRATT em 2018 com 315 empresas participantes, o trabalho em casa é aplicado por 45% das organizações empresas pesquisadas. Dessas organizações, apenas 19% delas aplicavam o *home office* para mais de 50% dos empregados. Os dados da SOBRATT indicam que, no Brasil, a aplicação dessa modalidade organizacional ainda é restrita a um universo pequeno de trabalhadores, mas apresenta tendência à expansão. Durante a pandemia da COVID-19 houve um aumento significativo de trabalhadores em *home office*.

Segundo o professor Ricardo Antunes (2020), a pandemia é mais uma das consequências “da produção destrutiva gerada pelo sistema de metabolismo social do capital”. Essa consequência encontrou um Brasil já fortemente marcado por um cenário de precarização do trabalho; de desmontes das políticas ambientais com as queimadas da floresta em detrimento do agronegócio; da opressão de gênero, em busca de uma mão de obra barata, e do racismo e assimetrias de utilizadas ideologicamente para manutenção e reprodução das classes sociais.

O “desvalor do trabalho” desvelou, em especial, durante a pandemia, a dialética intrínseca ao trabalho. Ao mesmo tempo que, como previsto por Marx, o capital busca reduzir seus custos, incluindo o preço atribuído à mão de obra; ele não se reproduz sem o “trabalho vivo”<sup>6</sup>. Sem o trabalho vivo não é possível o “mais valor” (ANTUNES, 2020).

---

<sup>2</sup> Uber - Empresa transnacional, prestadora de serviços por meio de um aplicativo eletrônicos na área do transporte urbano.

<sup>3</sup> Airbnb – Empresa transnacional que oferece serviço on-line para oferta e demanda de hospedagem.

<sup>4</sup> IFood - Empresa transnacional que atua na entrega de comida pela internet

<sup>5</sup> EAD – Modalidade de ensino a distância, que tem se intensificado com a possibilidade de oferta pela internet.

<sup>6</sup> MARX (2005) define o trabalho vivo como um “contato natural com os elementos materiais (as matérias-primas e os instrumentos da produção) de sua existência”. Ele se contrapõe ao “trabalho morto” materializado na forma de capital.

As impressões do professor Antunes levam a refletir sobre as possibilidades de ampliação de uso do ‘trabalho em casa’ suportado pelas ferramentas de TIC, considerando os limites e resultados de sua aplicação social.

Neste contexto de mudanças nas formas de organização do trabalho, será adotada nesta pesquisa uma perspectiva Marxista, mais especificamente a dialética consumo/produção proposta por Marx (2005) em “Para a Crítica da Economia Política”, aplicada a compreensão do fenômeno do ‘trabalho em casa’.

Segundo Marx (2005), a produção e consumo não são etapas distintas, mas se relacionam reciprocamente em um movimento dialético. A produção em si já é um ato de consumo. Isso porque o próprio ato da produção tem como pressuposto o consumo objetivo (das matérias-primas) e subjetivo (das energias gastas pelo trabalhador no desenvolvimento de suas atividades). Subjetivamente, o autor entende que, “ao produzir, o indivíduo está desenvolvendo as suas capacidades e consumindo-as no ato da produção”. Objetivamente ele entende que a produção depende do consumo de matérias anteriores que lhes servem de base (MARX, 2005). Ou seja, produção e consumo são “duas faces da mesma moeda”.

Nessa perspectiva, o fenômeno ‘trabalho em casa’ estaria limitado às determinações inerentes à relação dialética produção/consumo em sociedade.

Tendo em vista que algumas atividades laborais tiveram mais aderência à modalidade do ‘trabalho em casa’ do que outras, e que, considerando a urgência temporal dessa adequação, não houve o tempo necessário para uma efetiva remodelagem de um processo produtivo ou de uma compreensão racional do fenômeno, é oportuno buscar que determinações podem ter servido para viabilizar a adesão. Foi com essa finalidade que o problema de pesquisa foi formulado: **Na visão de trabalhadores que fizeram home office durante a pandemia, que elementos estruturais da dialética produção/consumo estiveram presentes?**

## 1.2 Objetivo

É objetivo desta dissertação analisar dados sobre experiências de trabalho em casa vivenciadas durante o isolamento provocado pela pandemia de COVID-19, com o propósito de identificar elementos estruturais da ressignificação do ‘trabalho’, mais especificamente na condição de contexto do fenômeno ‘trabalho em casa’.

São objetivos específicos analisar os dados da pesquisa quanto à relação existente entre a prática do *home office* e:

- O aumento ou redução da produtividade e do custo do trabalho;
- a capacidade de consumo do trabalhador como elemento habilitador à prática do *home office*;
- impactos negativos à qualidade de vida dos trabalhadores.

## 1.3 Delimitação da Pesquisa

Embora o ‘trabalho em casa’ seja uma das espécies de organização da qual o teletrabalho é gênero (MIZIARA, 2017), para efeito desta dissertação, será adotado o conceito de *home office* proposto por Oliveira (2018), que o compreende como uma categoria polissêmica, marcado pela introdução das tecnologias informacionais no processo de trabalho e caracterizado por tentar suprimir a demarcação entre “tempos da vida” e “tempos para o trabalho”, bem como do “espaço da casa” e “espaço do trabalho”. Percebeu-se que, tanto na práxis quanto nos estudos acadêmicos sobre o tema, se torna complexo desvincular as tecnologias usadas no ‘trabalho em casa’ das utilizadas para referir-se ao teletrabalho. Dessa forma, embora nesta dissertação seja utilizada a terminologia *home office*, os dados dos estudos relativos ao teletrabalho que se enquadrem na conceituação apresentada também serão utilizados, mantendo o conceito originalmente adotado.

A dissertação delimitou-se em colher e interpretar dados sobre como os respondentes relataram a experiência do afastamento físico contingencial das instalações da empresa e interpretar esses relatos buscando evidências da ressignificação do ‘trabalho’ pela introdução das ferramentas de TIC, especificamente pela conformação dos fatores que têm características de determinação do fenômeno ‘trabalho em casa’.

Foram analisados dados e relatos gerados pelos trabalhadores respondentes durante o isolamento provocado pela pandemia até novembro de 2020 com o propósito de avaliar a influência

dos elementos estruturais da dialética produção/consumo que, na visão do respondente, podem servir como determinantes do fenômeno ‘trabalho em casa’. Ressalta-se ainda que, para essa pesquisa, as determinações para manutenção do *home office* não se estabelecem em contraposição ao trabalho presencial, mas na negação existencial do próprio fenômeno analisado.

Também é de se supor que alguns dados e opiniões possam estar relacionadas mais ao contexto do isolamento do que ao da organização laboral propriamente dita, no entanto, esse fator será desconsiderado, uma vez que não há pretensão de estabelecer inferências estatísticas precisas, mas de explorar o fenômeno analisado.

#### **1.4 Relevância do Trabalho**

O noticiário recente dá conta que diversas organizações brasileiras têm sinalizado no sentido da adoção do trabalho em casa, suportado pelas ferramentas do teletrabalho, mesmo após a pandemia. No entanto, percebe-se nos critérios de adoção do *home office* as marcas da desigualdade e injustiça tão presentes em nossa sociedade.

O ‘trabalho em casa’, como mecanismo de produção do capital, parece guardar suas características dialéticas subjetivas, objetivas e de identidade. Essas relações partiriam de fundamentos discriminatórios que determinam o ‘trabalho em casa’ como possível para um grupo que atende a critérios predeterminados, fundamentalmente: o status de inclusão no mercado de trabalho e a possibilidade de que a atividade de laboral seja realizada a distância; o de habitar em uma ‘casa’ que atenda aos critérios de conforto e ergonomia; e a capacidade do trabalhador de ter acesso à tecnologia.

Há também sinais de que a organização do ‘trabalho em casa’, mesmo durante a pandemia, está, de certa forma, alinhada ao sentido de desregulamentação do trabalho já em curso nos últimos quarenta anos (ANTUNES, 2020). Esses sinais são evidenciados por questões envolvendo: o repasse de custos inerentes à estrutura do ‘trabalho em casa’ ao trabalhador e a inobservância das prescrições de saúde, segurança e ergonomia, que já começam a ser discutidas judicialmente.

Segundo Marx, a produção e o consumo criam a própria necessidade de existência do outro, determinando até a própria forma de ser do outro (MARX, 2005). As causas materiais que dão origem ao ‘trabalho em casa’ merecem maior investigação quanto aos seus critérios determinantes, a possibilidade de sua aplicação pelas mais diversas classes trabalhadoras e ao impacto desses critérios para o trabalhador.

## **1.5 Organização Geral do Trabalho**

A presente dissertação será dividida em seis seções. Na introdução foram apresentadas: uma contextualização geral do tema; o problema de pesquisa; os objetivos que serão perseguidos; a delimitação proposta, bem como a relevância do trabalho.

Na seção seguinte será realizada uma breve revisão da literatura que fundamenta este trabalho, articulando um olhar crítico para a história do uso de algumas tecnologias associadas à organização do trabalho a partir dos elementos da dialética produção-consumo apontados por Karl Marx em “Para Crítica da Economia Política” e dos dados sobre a infraestrutura de TIC aplicáveis ao trabalho remoto e, por consequência, ao ‘trabalho em casa’. Dessa forma, será realizada uma análise crítica desse fenômeno.

A terceira seção apresentará o percurso metodológico adotado para a pesquisa. Foi baseada na utilização de uma abordagem quanti-qualitativa, com uso de um questionário inicial para coleta de dados e, posteriormente, a partir desses dados e do referencial teórico utilizado, subsidiar a elaboração do roteiro de entrevista semiestruturado. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos e uma discussão deles.

Na sexta seção será proposta uma conclusão quanto aos relatos da experiência do afastamento físico contingencial das instalações da empresa e de como as ferramentas do teletrabalho contribuíram para tornar o trabalho possível. Na sétima seção será apresentada a referência bibliográfica utilizada.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando ser característica das Revoluções Industriais a aplicação de novas tecnologias com uma implicação significativa sobre a organização do trabalho, será apresentada uma breve análise histórica do modelo de produção capitalista ocidental, iniciando-se na primeira Revolução Industrial e até os dias atuais.

Para efeito deste trabalho, foi adotado o conceito de *home office* proposto Oliveira (2018), que o compreende como uma categoria polissêmica, marcado pela introdução das tecnologias informacionais no processo de trabalho e caracterizado por tentar suprimir a demarcação entre “tempos da vida” e “tempos para o trabalho”, bem como do “espaço da casa” e “espaço do trabalho”. Tanto na práxis quanto nos estudos acadêmicos sobre o tema, torna-se complexo desvincular as tecnologias usadas no trabalho em casa das utilizadas para referir-se ao teletrabalho. Dessa forma, embora nesta dissertação seja utilizado a terminologia *home office*, os dados dos estudos relativos ao teletrabalho que se enquadrem na conceituação apresentada também serão utilizados, mantendo o conceito originalmente adotado.

O referencial teórico que fundamenta este trabalho parte da dialética consumo/produção proposta por Marx (2005) em “Para a Crítica da Economia Política”. Marx analisa criticamente os conceitos de produção, consumo, distribuição e troca para estabelecer que essa separação teórica não é aplicável à vida prática, uma vez que o trabalho possui uma dimensão ontológica, que é dialética e socialmente determinada. Serão apresentados os argumentos do autor na compreensão da identidade existente entre a produção e o consumo.

Foi empreendida uma análise do fenômeno ‘trabalho em casa’ considerando seus critérios fundantes: ‘o trabalho’, ‘o uso de tecnologia’ ‘e a casa’. Buscou-se compreender de que forma a organização do trabalho, instrumentalizada em uma concepção de produção capitalista, guarda suas características. Realizou-se uma síntese do material pesquisado quanto às condições da infraestrutura brasileira, sua gênese e possibilidades produtivas para o enfrentamento da COVID-19, em especial utilizando-se do *home office*.

## 2.1 A organização do trabalho e a inserção de tecnologias no modo de produção capitalista

No decorrer da existência humana, o conceito de trabalho como forma de organização social teve diferentes significados. Como explica Deleuze (2013), “não há conceito de um só componente”, mesmo em sua origem, o conceito é sempre uma questão de articulação, corte e suposições. Em particular o conceito depende de uma variabilidade de fatores imbricados: do contexto histórico, dos valores intrínseco e extrínsecos envolvidos, em última análise da construção social que o determina. Segundo o autor, “o conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir”. (DELEUZE, 2013). É na tentativa de buscar, nos arranjos laborais pretéritos, os fundamentos desse “por vir” decorrente da inserção tecnológica na organização do trabalho que será apresentada uma breve análise histórica do capitalismo industrial e financeiro.

Segundo Moraes Neto (1986), para a compreensão e a crítica da sociedade atual, resultado da evolução histórica do processo de trabalho do capitalismo, é necessário analisar o movimento histórico de desqualificação dos trabalhadores no desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo segundo os fundamentos propostos por Karl Marx nos capítulos XI, XII e XIII de O Capital, em que Marx analisa a cooperação, a manufatura e a maquinaria e a grande indústria. Segundo esses fundamentos, o capital ajusta as bases materiais disponíveis para a produção à sua determinação e às determinações da valorização do valor que pretende atingir (MORAES NETO, 1986). Buscou-se realizar essa compreensão crítica expondo o impacto da inserção da tecnologia na organização laboral.

Durante o século XVIII, na Europa, e mais notadamente na Grã-Bretanha, vários fatores inerentes ao processo de produção de mercadorias tiveram um significativo impacto para a sociedade. Inicia-se um rearranjo na forma de organização da produção e, conseqüentemente, do trabalho, marcado por uma “racionalidade instrumental”<sup>7</sup> que perdura até os dias atuais. Nos dizeres de Antunes (2020), a produção social, que deveria ser concebida para atender às necessidades humano-sociais, subordina-se às determinações que servem à “autorreprodução do capital” para produzir “valores de troca”, objetivando o lucro.

---

<sup>7</sup> O conceito de racionalidade instrumental foi desenvolvido por Horkheimer para referir-se à regulação das relações sociais de produção marcadas pelo trabalho remunerado, propriedade privada dos meios de produção, circulação do dinheiro; como meios valorização do capital e produção de lucro.

Esse período, denominado primeira Revolução Industrial, já é caracterizado principalmente por: trabalho assalariado, propriedade privada dos meios de produção, divisão do trabalho, hierarquia, qualificação do trabalho, e a substituição da matriz energética utilizada nos processos produtivos - a força física humana e animal foram gradualmente sendo substituídas pela energia extraída do carvão e do vapor (FERREIRA, 2000).

A tecnologia começa a tornar-se determinante da organização do trabalho como um subsistema intrínseco e interdependente dela. No entanto, as ferramentas e máquinas operadas pelos trabalhadores ainda não incorporavam, nesse período, um grande grau de automatização no processo de produção, sendo ainda muito dependentes da intervenção humana. A exigência de conhecimento profissional quanto aos materiais que serviam de matérias-primas e o processo de transformação do carvão na energia capaz de mover a máquina a vapor, reforçaram a dependência humana para fabricação de mercadorias. Considerando o grau de desenvolvimento tecnológico e organizacional do trabalho, a primeira Revolução Industrial não foi capaz de capitalizar grande parte do “espaço-tempo da vida cotidiana do operariado, dentro e fora da fábrica” (FERREIRA, 2000).

Nesse período, os mecanismos de regulamentação da organização do trabalho (sindicatos e a função legislativa) eram basicamente inexistentes. Os salários, duração da jornada de trabalho, condições de trabalho eram negociados diretamente pelos trabalhadores com os proprietários do capital e, invariavelmente, as melhorias das condições de trabalho eram conquistadas pela via de conflitos, na forma de greves, sabotagens de máquinas e, por vezes, em tentativas de insurreição social. A “racionalidade instrumental” do capitalismo seguiu seu curso, buscando inserir novos produtores e consumidores, nos países colonizados pela Europa (FERREIRA, 2000).

No final do século XIX, a necessidade de aumentar a produção em face de um mercado cada vez mais “globalizado” iniciou uma fase de maior integração e associação da ciência em relação à tecnologia – a segunda Revolução Industrial. Essa fase foi marcada por uma série de desenvolvimentos dentro da indústria química, elétrica, de petróleo e de aço. Ocorre uma maior automação nas máquinas-ferramentas, que passam a determinar o ritmo da produção. Inicia-se a substituição da energia térmica (carvão como combustível) e mecânica (vapor como elemento propulsor) pela eletricidade e pelos combustíveis derivados de petróleo. Também foram adotadas medidas de racionalização do trabalho. O Engenheiro Frederick Taylor observou que era possível minimizar a perda de tempo na produção gerada por falhas, viabilizando o máximo aproveitamento

das habilidades dos trabalhadores. A mão de obra passa a ser selecionada segundo critérios de “aptidões naturais” e a receber treinamentos pautados em métodos científicos com atividades planejadas, otimizando o trabalho e o tempo (FERREIRA, 2000).

O taylorismo difundiu-se muito rapidamente nos Estados Unidos, extrapolando os domínios da fábrica. Esse sistema de “racionalização” do trabalho fez com que o setor de planejamento se desenvolvesse rapidamente, tendo em vista a necessidade de aprimorar as formas de controle da execução das tarefas (FRANÇA, 2008).

O fundamento do taylorismo é o controle do “trabalho vivo”, dos tempos e movimentos do trabalhador. Busca-se objetivar o fator subjetivo da organização do trabalho, libertando o capital da habilidade dos trabalhadores, fazendo desses uma extensão da máquina (MORAES NETO, 1986).

São características do taylorismo: a ampliação da divisão do trabalho, a medição padronizada dos tempos para de execução das tarefas e a especialização do “saber-fazer” do operariado. Os gestores passam a se encarregar da concepção, decisão, planejamento e controle da produção, e os técnicos de nível hierárquico intermédio permitirão a ampliação dos níveis hierárquicos de autoridade formal da pirâmide organizacional (FERREIRA, 2000).

A aplicação do taylorismo nas fábricas e oficinas fez surgir a reflexão quanto à exploração e mecanização do trabalhador, tendo em vista que as atividades exercidas pelos operários passaram a ser mais simples, repetitivas e ditadas pelo ritmo das máquinas. A restrição a uma só função fez com que muitos operários se sentissem alheios ao sistema produtivo. Os trabalhadores passaram a questionar suas funções e acreditar que essa nova forma de organização beneficiava somente aos empregadores, transformando o trabalhador em mais uma “peça” descartável e substituível do sistema de produção. Essa concepção era reprimida pela gerência a qual cabia o papel de tomar decisões quanto à produção, gerando descontentamento e conflitos entre empregados e empregadores. Surgem os sindicatos com uma postura de luta pela emancipação social. A necessidade de regulamentação desses conflitos leva a uma maior intervenção do Estado nas relações de trabalho (FERREIRA, 2000).

Apropriando-se dos princípios do taylorismo, o fordismo instala-se no início do século XX pela intensificação do tempo de produção, buscando reduzir o tempo de espera até que o produto chegasse ao consumidor; minimização do estoque de insumos a um mínimo necessário, diminuindo os desperdícios e os custos da produção e intensificando o aproveitamento da mão de obra de cada trabalhador ao máximo. Os trabalhadores desenvolviam funções repetitivas até dominarem por completo suas respectivas etapas no processo de produção. Henry Ford introduziu o sistema de linha de montagem na indústria automobilística, buscando maximizar o resultado da produção (FRANÇA, 2008).

A linha de montagem proposta por Ford é um desenvolvimento da manufatura, levando ao limite as possibilidades de aumento de produtividade pela via da manufatura da divisão do trabalho (MORAES NETO, 1986). Considerando as diferentes determinações geopolíticas e históricas, pode-se dizer que, em linhas gerais, a implementação do fordismo maximizou a divisão do trabalho e os níveis hierárquicos de autoridade nas empresas industriais, bem como aumentou a eficiência e eficácia dos mecanismos de fiscalização e de coordenação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, da lucratividade do capital. A desqualificação do fator trabalho desenvolve-se na medida em que a figura do “operário-massa”<sup>8</sup> materializa-se nos “operários especializados”, ainda que operário qualificado (fresador, mecânico, eletricista, torneiro, etc.) tenha um papel importante nesse período (FERREIRA, 2000).

A invenção e a inovação pelo uso de novos materiais de novos mecanismos de automação e energias fazem parte do processo histórico que acompanha a racionalidade instrumental do capitalismo. As novas tecnologias integraram nos seus mecanismos uma parte substancial do “saber-fazer”, que antes pertencia a ação individual e coletiva do operariado no contexto das fábricas e oficinas da segunda Revolução Industrial (FERREIRA, 2000).

Os processos de decisão e liderança tornam-se mais burocráticos e centralizados, porque a informação e o conhecimento humano foram deslocados e integrados à gestão e administração. O “Estado-providência” assume uma função preponderante na regulação das atividades econômicas, abrangendo também o mercado de trabalho. Esses efeitos não se restringem ao funcionamento interno das empresas industriais, pois são notáveis nas condições de habitação, transportes, lazer, e de vida em sociedade (FERREIRA, 2000).

---

<sup>8</sup> Operário-massa trabalhadores das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas exercendo apenas uma função.

A primeira metade do século XX foi marcada pelas duas grandes guerras mundiais movidas pela disputa colonial. Países que saíram à frente nas duas primeiras Revoluções Industriais buscavam novos mercados para a venda de seus produtos, disputando colônias na África e Ásia. Iniciam-se em várias regiões da Europa os movimentos nacionalistas, que pretendiam agrupar sob um mesmo Estado os povos de raízes culturais semelhantes. Esse início conturbado dá origem a Terceira Revolução Industrial que perdura até os dias atuais, embora a mudança na organização do trabalho na sociedade contemporânea tenha gerado algumas tentativas de delimitar a emergência de um “novo modelo societário”. Nesse sentido, várias proposições de denominação surgem: sociedade pós-industrial, sociedade de informação, sociedade pós-moderna. As novas tecnologias e a organização do trabalho talvez sejam os elementos de maior visibilidade social dessa evolução que perdura até aos nossos dias (FERREIRA, 2000).

Até a década de 1970, o “Estado-providência” gerado pelo fordismo mantinha funções específicas de regulação na economia e do mercado de trabalho, suprindo as insuficiências do mercado. No entanto, o processo de globalização econômica mundial acentuou-se. O Estado-providência vive uma crise de legitimidade funcional e institucional. Mostra-se incapaz de redistribuir a riqueza pelos grupos sociais mais desfavorecidos, nem tão pouco desenvolver uma política econômica capaz de reduzir o desemprego (FERREIRA, 2000).

Segundo Antunes (2018), no livro o “Privilégio da servidão”, há cerca de quatro décadas surge o “proletariado do setor de serviços”, como derivação de uma concepção de trabalho taylorista/fordista, que, apesar das alienações inerentes ao processo de produção capitalista, mantinha uma certa regulamentação do trabalho. A organização do trabalho é marcada pela expansão de uma economia digitalizada e globalizada, fazendo surgir novas formas de “valor” decorrentes da emergência dos equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (ANTUNES, 2018).

Em *Os Sentidos do Trabalho*, Antunes (2009) reafirma o conceito marxista de classe trabalhadora, mostrando que essa classe abrange o “proletariado industrial”, indivíduo que vende sua força de trabalho e produz diretamente a mais-valia; engloba também, em “uma noção ampliada de classe trabalhadora”, os trabalhadores improdutivos inseridos no processo de valorização do capital e de criação de mais-valia (os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, o subproletariado moderno, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da “economia informal”, e os trabalhadores desempregados, e exclui os gestores do

capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital. Antunes (2018) sinaliza uma tendência contemporânea de redução do proletariado industrial, fabril, tradicional aumentando a presença do novo proletariado fabril e de serviços representantes do trabalho precarizado.

As negociações coletivas desenvolvidas pelos sindicatos, mesmo antes da sua institucionalização e formalização, deterioraram-se progressivamente, em razão da desestruturação das qualificações do fator de produção trabalho, do aumento do desemprego e da precariedade dos vínculos contratuais.

A precarização das formas de arranjo profissional e social faz com que predominem interesses individualizados, dificultando a emergência de qualquer ação coletiva. Há uma tendência de redução progressiva da sindicalização e, conseqüentemente, a perda de representatividade. O desemprego e a precariedade dos vínculos contratuais são resultados indiretos da invenção e da inovação tecnológicas que desqualificaram e desempregaram uma quantidade imensa de trabalhadores para redução dos custos com mão de obra. Jovens, imigrantes, mulheres, idosos e minorias étnicas são os mais afetados. A racionalidade instrumental do capitalismo está absolutamente orientada pela produção de lucro. O desemprego e a precariedade dos vínculos contratuais mantêm pressionados os trabalhadores que ainda conseguem manter salário e qualquer espécie de vantagem social conquistada historicamente (limitação da jornada de trabalho, descanso remunerado, garantias de emprego, etc.). Torna-se difícil incluir os milhões de excluídos sociais, de pobres e de miseráveis (ANTUNES, 2009).

No livro “Gestão como doença social”, Gaulejac (2014) trata da forma pela qual o capital busca libertar-se da regulamentação incidente sobre o trabalho para obter uma maior rentabilidade financeira. Segundo o autor, três fenômenos influenciaram a transformação do capitalismo industrial: a substituição da economia industrial pela economia financeira; a desterritorialização do capital, colocando em questão os modos de regulação econômica do Estado/Nação; e a implantação da “ditadura do tempo real”, trazida pela união da informática com a telecomunicação. Essa transformação, que marcou o fim do século XX, modifica a relação existente entre o capital e o trabalho, que haviam se equilibrado durante o período que se seguiu do fim da guerra mundial até a segunda metade dos anos setenta (GAULEJAC, 2014).

Para se adaptar às exigências do mercado globalizado, na racionalidade capitalista, torna-se determinante reduzir salários e benefícios sociais, possibilitando a ampliação da competitividade e o fomento de uma homogeneização globalizante do mercado de trabalho. Uma vez que a desterritorialização do capital transformou a redução da proteção social dos trabalhadores no principal fator atrativo para fixação das empresas transnacionais, a competitividade torna-se um critério hegemônico, desbaratando arranjos produtivos locais, por mais que socialmente equilibrados, uma vez que se sentem ameaçados pelos efeitos da globalização (GAULEJAC, 2014).

É necessário ser mundialmente competitivo, mesmo que o produto ou serviço ofertado não esteja inserido na economia mundial. Com uma maior disponibilidade de mão de obra, baixar o custo da produção passa a se uma necessidade de sobrevivência da organização, e o gerente passa a buscar ativamente a adoção dessas medidas necessárias, a “cura” de seu negócio (GAULEJAC, 2014).

No Reino Unido, a modalidade de contratação denominada *Zero Hour Contract* estabelece que os trabalhadores aguardem até que haja demanda laboral para atender, só recebendo pelas horas efetivamente trabalhadas. O processo de “uberização do trabalho” torna os trabalhadores “empreendedores de si próprios”, responsabilizando-os pelos seus instrumentos de trabalho, enquanto uma grande corporação transnacional apropria-se do lucro, repelindo os riscos da atividade. O movimento pela redução dos direitos faz emergir uma classe trabalhadora mais heterogênea, complexa e fragmentada. Caminhamos no sentido de uma sociedade do trabalho intermitente (ANTUNES, 2018).

A tecnologia informacional, que vem expandindo-se exponencialmente desde os anos 1970, fez surgir as plataformas digitais para a prestação de serviço e as tecnologias de autoatendimento, “precarizando” as condições laborais, por meio das plataformas de uberização do trabalho (Uber, Airbnb, IFood, EAD, etc.) e eliminado milhões de postos de trabalho no mundo inteiro (ANTUNES, 2018).

Segundo André *et alii* (2018), que pesquisaram especificamente o trabalho dos motoristas da *Uber*, a precarização pode ser notada pelos relatos de insatisfação quanto à remuneração, número excessivo de horas trabalhadas, falta de treinamentos e alto risco aos quais os motoristas se submetem.

Outro aspecto decorrente da aplicação dos equipamentos de TIC é a reconfigurações dos mecanismos de controle do trabalho. Analisando o processo de reestruturação e modernização

produtiva dos bancos privados, Pereira (2013) mostra que o controle coercitivo e punitivo realizado sobre os bancários deu lugar a um tipo de controle mais sutil, propiciado pelas ferramentas de TIC, que incluem mecanismos de adesão ativa e cooperativa do trabalhador.

Nos diferentes recortes históricos apresentados, o capitalismo caracteriza-se principalmente pela interação social, que tem como elementos centrais: trabalho humano, propriedade privada dos meios de produção e incremento tecnológico.

Da análise histórica empreendida sobre os efeitos determinantes da tecnologia no sistema de produção capitalista, depreende-se que as referidas aplicações tecnológicas têm um efeito orientado, predominantemente, pela racionalidade instrumental do sistema, ou, em última análise, para o lucro.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, em particular nos últimos três séculos, ampliaram a “produtividade” e geraram como subproduto o desemprego e a precariedade dos vínculos contratuais como resultados indiretos das aplicações tecnológicas (ANTUNES, 2009).

Por vezes, a implementação da tecnologia tem como objetivo direto a redução dos custos com mão de obra, o que implica também o desemprego e a precarização das condições de trabalho.

A precarização do trabalho mantém sob pressão o mercado de trabalho, ameaçando empregos e vantagens sociais conquistadas historicamente (limitação da jornada de trabalho, descanso remunerado, garantias de emprego, etc.). Torna-se difícil incluir os milhões de excluídos sociais, de pobres e de miseráveis (jovens, imigrantes, mulheres, idosos e minorias étnicas são os mais afetados).

Há uma tendência de predomínio de individualização dos vínculos de trabalho vide reforma trabalhista de 2017, reduzindo progressivamente as estruturas que viabilizam negociações coletivas por meio dos sindicatos. O Estado, de maneira geral, mostra-se cada vez mais ineficiente para uma regulamentação do trabalho que contemple as necessidades do capital e do trabalho.

## 2.2 Uma visão crítica sobre a dialética Produção/Consumo

Em “A Crítica da Economia Política”, Marx rejeita a visão natural da produção, bem como da condição contratualista capaz de ligar sujeitos independentes em uma condição de livre concorrência. Tais concepções, segundo o autor, prescindem da percepção do indivíduo como resultado de um processo histórico (MARX, 2005).

O indivíduo e, conseqüentemente, o indivíduo produtor são resultados de determinações social e historicamente constituídas. A produção que o autor se refere não é um conceito “transcendente e abstrato”. Ela encontra-se situada em determinada mediação social, no modo de produção capitalista (MARX, 2005).

Em todas as épocas, à “produção em geral” podem ser atribuídas características comuns que a determina. Essas características fundamentam-se nos instrumentos de produção e no trabalho objetivado, ou seja, sem que o trabalho produza uma materialidade, que pode consistir na condição de saber executar a atividade. (MARX, 2005).

Para o autor, essas determinações que caracterizam a produção geral são resultantes dissimuladas das relações burguesas, cabendo às relações gerais da produção manter seus diferentes níveis de acesso ao resultado da produção e, conseqüentemente, ao consumo (ao proprietário cabe o lucro obtido com a produção; ao trabalhador, o salário; à igreja, o dízimo, etc.). É nesse sentido que surgem como derivação do conceito de produção geral a propriedade privada, bem como as relações que visam protegê-la (leis, justiça, polícia, etc.) (MARX, 2005).

A “propriedade privada” é uma das determinações criadas pelo modo de produção capitalista, que pressupõe a “não propriedade” como condição de existência. No entanto, o autor registra que, historicamente, a “produção comunal” representa um importante papel no arranjo de sociedades antigas (MARX, 2005). A produção cria o objeto, e também o consumidor, e determina a forma de consumo:

“O objeto não é mais um objeto geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de uma certa maneira, esta por sua vez mediada pela própria produção. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente.” (MARX, 2005)

O modo de produção capitalista também determina e é determinado pelas formas de preservação e uso dos objetos adquiridos, por meio das relações de necessidade e um “direito” artificialmente constituído por intermédio das relações sociais políticas, formas de governo, etc. Esse “direito” tenta se sobrepor a outros direitos, entre eles o “direito da força”, como forma natural do “Estado de direito” (MARX, 2005).

A produção no contexto de suas relações mediatas (produção, consumo, distribuição e troca) é entendida pelo autor como um elemento único. Embora, segundo o autor, os economistas clássicos entendam que essas relações se constituam em etapas bem-delimitadas e independentes de uma cadeia produtiva.

Segundo essa concepção:

- a produção - constitui a forma de apropriação dos produtos;
- a distribuição - estabelece a proporção em que os produtos serão divididos, considerando a participação dos indivíduos na produção;
- a troca - permite a conversão de produtos e quantidades particulares e;
- a distribuição – permite a apropriação individual dos objetos.

Marx (2005) considera esse encadeamento superficial, por tratar-se de uma cisão estabelecida teoricamente, que não considera a dialética existente entre os conceitos e as relações reais (MARX, 2005).

### **2.2.1 Produção e consumo**

“A produção é imediatamente consumo”: na perspectiva subjetiva - o indivíduo, ao produzir, consome forças vitais. na perspectiva subjetiva - produzir é consumir os meios de produção utilizados e matéria-prima. Essa relação do consumo produtivo só é estabelecida no intuito de separar, posteriormente, o consumo idêntico à produção, do consumo propriamente dito, tendo em vista que o produto não se torna produto efetivo sem o consumo e o consumo cria a necessidade de uma nova produção. *Vis-à-vis*: a produção cria o consumo pois:

- fornece os materiais, o objeto;
- determina a forma ou modo a ser consumido;

- gera ao consumidor a própria necessidade do produto.

Produção e consumo consistem em identidades dialéticas na medida em que um não se efetiva sem o outro e criam a própria necessidade de existência do outro, determinando até a própria forma de ser do outro. Marx destaca três relações de identidade entre produção e consumo: identidade imediata - a produção é consumo, e o consumo é produção; dependência recíproca - elas aparecem como meio e existem por mediação do outro, mas ainda de exteriores entre si; identidade dialética - cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro, mas cada um, ao realizar-se, determina o outro (MARX, 2005).

### **2.2.2 Produção e distribuição**

No modo de produção capitalista, o capital exerce uma função biunívoca como forma de distribuição determinante e determinada: como agente de produção e forma de receita (MARX, 2005).

Segundo Marx, o pagamento de juros e os lucros são pressupostos fundamentados na existência do capital como agentes necessários à produção, ao serem distribuídos, o reproduzem e alimentam. Da mesma forma, o salário pago ao trabalhador é determinante da forma de participação individual do indivíduo como agente produtor e de sua participação na distribuição da produção, em forma de salário. O modo de produção capitalista faz do salário um privilégio, que determina e é determinado pela estratificação social, formado e formando “castas (MARX, 2005).

### **2.2.3 Troca e circulação**

A troca e o consumo são determinados pela produção e têm, segundo Marx, como pressupostos de existência: a divisão do trabalho, a produção privada e a intensidade da troca, estando articulada diretamente com a produção ou sendo por ela determinada (MARX, 2005).

Produção, distribuição, troca e consumo são elementos de um conjunto, que, embora conceitualmente possam ser concebidos separadamente, formam uma unidade inseparável na prática (MARX, 2005).

#### 2.2.4 Aplicando a dialética produção consumo ao fenômeno *home office*

Segundo Marx, a produção e o consumo criam a própria necessidade de existência do outro, determinando até a própria forma de ser do outro (MARX, 2005). Nesta pesquisa, serão avaliados elementos da dialética produção/consumo, aplicados a uma forma de arranjo laboral contemporâneo: o *home office*.

“É o consumo que realiza plenamente o ato da produção ao dar ao produto seu caráter acabado de produto, ao dissolvê-lo consumindo a forma de coisa independente que ele reveste, ao elevar à destreza pela necessidade de repetição, a disposição desenvolvida no primeiro ato da produção; ele não é somente o ato último pelo qual o produto se torna produto, mas também o ato pelo qual o produto se torna produtor.” (MARX, 2005)

Nesse sentido, sendo o *home office* uma forma de trabalho concebida para compor uma produção determinada no contexto do modo de produção capitalista não seria somente uma forma engendrada para atender a uma necessidade fundamentalmente centrada no consumo como um fim em si, por exemplo reduzir o tempo gasto no deslocamento casa-trabalho.

Segundo a visão marxista, o ‘trabalho em casa’, como qualquer sistema de produção capitalista, seria concebido com base na dialética “produção/consumo”, sendo, dessa forma, um arranjo laboral criado para atender a um conjunto de determinações essenciais à manutenção das relações sociais necessárias ao capital, por exemplo, a diferenciação de acesso ao resultado da produção e conseqüentemente ao consumo, e subsunção à propriedade privada.

Essa nova organização do trabalho seria um objeto de consumo de caráter determinado pela produção que fornece o objeto (o *home office*), determina o modo de consumo e quem está apto a consumi-lo, ao mesmo tempo em que gera no produtor/trabalhador um impulso capaz de sustentar uma produção centrada na racionalidade instrumental do capital, que se “personifica” na forma de arranjo laboral em troca da manutenção de um padrão de possibilidade individual de consumo que “coisifica” o trabalhador – peça substituível de uma engrenagem com milhões de pessoas dispostas a assumir o seu lugar no posto de trabalho, mesmo em condições inferiores de salários, benefícios e condições de trabalho.

A produção e o consumo aparecem como meio de mediação simultâneo. Considerando essa mediação simultânea, seriam fatores determinados e determinantes do *home office* o acesso aos meios e condições que tornam possível sua existência (ter uma residência nas condições requeridas, exercer trabalho remunerado, ter acesso à tecnologia, acesso à escolarização, configuração dos vínculos de trabalhos, etc.).

Os aspectos determinantes para o uso do ‘trabalho em casa’ no sistema de produção capitalista teriam um efeito orientado, predominantemente, pela racionalidade instrumental do sistema, ou, em última análise, para o lucro. Nessa lógica é necessário ampliar a “produtividade” e reduzir o custo, mesmo gerando como subproduto o desemprego e a precariedade dos vínculos contratuais de trabalho. A precarização do trabalho ocorre, por exemplo, com a ampliação da jornada de trabalho; individualização das relações entre o empregado e a organização promotora de trabalho e entre empregado e empregado, reduzindo a percepção de classe e a luta por direito; degradação das condições de segurança e saúde no trabalho, etc.

As causas materiais que dão origem ao ‘trabalho em casa’ merecem maior investigação quanto aos seus critérios e possibilidades de aplicação, em especial no que tange às relações de produtividade e o custo como fatores de determinação do ‘trabalho em casa’; quanto à influência da capacidade de consumo do trabalhador como fator determinante de habilitação ao *home office*; bem como dos aspectos relativos à qualidade vida dos trabalhadores (aumento da jornada e condições ergonômicas). Nos próximos capítulos, será empreendida uma análise dessa forma de organização do trabalho, em especial dos fundamentos que a determinam.

### 2.3 Análises crítica do fenômeno ‘trabalho em casa’ no Brasil

O ‘trabalho em casa’ como mecanismo de produção do capital guarda suas características dialéticas. Essas relações partem de fundamentos discriminatórios que determinam o ‘trabalho em casa’ como possível para um grupo que atende a critérios predeterminados. À classe burguesa<sup>9</sup> e aos trabalhadores para os quais o consumo ainda não foi negado, o ‘trabalho em casa’ configura-se em mais uma determinação estabelecida pelos critérios predeterminados de acesso aos “privilégios”, que tornam possível a existência do fenômeno analisado (ANTUNES, 2020).

O primeiro critério diz respeito a inclusão no mercado de trabalho e a possibilidade de que a atividade de laboral seja realizada a distância. Segundo dados do IBGE, em janeiro de 2020, a população desocupada no Brasil era de 11,9 milhões de pessoas e, entre os que mantinham uma ocupação, a taxa de informalidade atingiu, em janeiro de 2020, 40,7% da população ocupada. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação do País foi de 12,2%, subindo 1,3 ponto percentuais em relação ao 4º trimestre de 2019 (11,0%). A taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 24,4%. (IBGE, 2020). Segundo Vasconcelos (2020), a possibilidade de digitalização da atividade é uma iniciativa estratégica que concorre por recursos das organizações. O critério para que haja esse tipo de investimento é que ele possa aumentar a produtividade e reduzir os custos e retorne em um período inferior a 1 ano.

O segundo critério que por mais que seja óbvio, não é trivial, é possuir uma ‘casa’ que atenda aos critérios de conforto e ergonomia. Segundo as informações mais recentes coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, o déficit habitacional estimado corresponde a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades encontram-se na área rural. Os estudos da Fundação João Pinheiro em relação à temática habitacional indicam a composição do déficit habitacional por situação do domicílio no Brasil. Em 2015, o ônus excessivo com aluguel representa 50,0% do total do déficit habitacional, a coabitação

---

<sup>9</sup> Burguesia - grupo de pessoas que detêm os bens de produção ou o capital.

familiar 29,9%, as habitações precárias 14,8%, e o adensamento excessivo dos domicílios alugados 5,2%.

O acesso à tecnologia é um outro requisito fundamental para possibilitar o trabalho em casa. No primeiro volume da obra “O conceito de tecnologia”, o filósofo Álvaro Vieira Pinto (2005) discute os conceitos de técnica e tecnologia. Segundo o filósofo, a técnica é uma ação humana intencional, criada a partir de sua capacidade de apreensão das propriedades objetivas das coisas. O homem se humaniza produzindo a si mesmo, em um movimento dialético: ao mesmo tempo que o homem produz a técnica, ele se modifica.

Embora seja usual referenciar a técnica como marco da evolução humana na história, é a capacidade política que determina o sentido de aplicação da técnica. O autor concebe o conceito de tecnologia a partir de quatro visadas (PINTO, 2005).

**Tabela 1- As dimensões da tecnologia por Álvaro Viera Pinto**

<b>Visada</b>	<b>Descritivo</b>
<b>O logos da tecnologia</b>	Conjunto de técnicas que todas as sociedades possuem. Na visão de Pinto (2005), todo processo tecnológico é um fenômeno social total, isso quer dizer que os povos considerados primitivos também possuíam tecnologias, que foram subjugadas e ou absorvidas por outras culturas.
<b>Instrumento de dominação</b>	Os grupos que detêm a tecnologia controlam a distribuição e a produção dos que não as possuem.
<b>Ideologia</b>	A tecnologia é percebida como um instrumento de adoração, que garante a evolução e a existência “do que está na moda” (o marketing da tecnologia se incumbe de manter o desejo pelo próximo lançamento do dispositivo tecnológico).
<b>A epistemologia da técnica</b>	A tecnologia é entendida como um domínio teórico da técnica, e que, por sua vez, é resultado de pesquisa científica.

Com base nos conceitos desenvolvidos por Pinto (2005), Araújo *et alii* (2019) analisaram as implicações dos avanços científicos e tecnológicos no campo das desigualdades sociais e educacionais brasileira.

Os autores chamam a atenção quanto à necessidade de desconstrução da ideia de democratização em relação ao acesso às TIC, que tem como base a disponibilidade relativa de alguns “aparatos”, a exemplo dos aparelhos de telefone celular, que são entendidos, pelo senso comum, como garantidores de um rápido acesso à informação (ARAÚJO *et alii*, 2019).

O sentido da aplicação tecnológica, em um contexto de injustiça e desigualdade, acentua a parcialidade distributiva, perpetuando e favorecendo determinados grupos hegemônicos. Cabe desenvolver nos “usuários” das TIC um olhar crítico quanto aos seus potenciais efeitos destrutivos e desagregador. As atuais configurações simbólicas reafirmam os espaços de poder e suas ocupações, perpetuando e fortalecendo desigualdades (ARAÚJO *et alii*, 2019).

Gonzatto (2019) concebe os “usuários” como sujeitos a práticas que “constrangem, ocultam ou deslegitimam” a autonomia potencialmente presente em sua produção social e existencial. O autor aponta que os “usuários” foram “desespecializados” de sua relação com tecnologias computacionais, e sua participação na produção destas tecnologias regulada e afastada dos espaços e tempos projetuais legitimados pelo modo de produção capitalista e reduzidos a receptores passivos de interfaces.

O autor sugere que os “usuários” devem ser partícipes e protagonistas do processo social de produção das interações humano-ferramental, contribuindo para possibilitar que as ferramentas de TIC ofereçam condições para superar opressões e a busca pela liberdade (GONZATTO, 2019).

No entanto, no contexto histórico de uso das ferramentas de TIC, percebe-se que o trabalho se autonomizou de seu conceito fundante: agir do homem que viabiliza a disponibilização de produtos e serviços de forma a atender às suas necessidades.

Aplicando os conceitos da técnica e tecnologia de Vieira Pinto (2005) ao fenômeno do ‘trabalho em casa’, presume-se que cabe ao trabalhador estabelecer, por meio de uma articulação política, a projeção do modo de ser a partir do trabalho que realiza, transformando realidades materiais e criando condições de vida.

O simples uso de apetrechos de TIC não confere, por si, sentido emancipatório das condições laborais. Cabe ao trabalhador refletir sobre suas condições de trabalho e mobilizar-se politicamente, apropriando-se cada vez mais do fruto de seu trabalho.

A pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI de 2018 apresenta os desafios da inclusão digital das famílias brasileiras. Apesar de esse acesso ter aumentado nos estratos socioeconômicos mais vulneráveis, ainda existem grandes desigualdades entre regiões e níveis socioeconômicos das famílias. Um dos principais fenômenos revelados pela pesquisa sobre o processo de apropriação das TIC pela população brasileira nos últimos anos tem sido o crescimento do uso de telefones celulares para acessar a Internet. Os smartphones estão presentes em nove de cada dez domicílios brasileiros e são utilizados por aproximadamente 88% da população de 10 anos ou mais, os telefones móveis também são os dispositivos mais utilizado para acessar a Internet, entre todos os segmentos socioeconômicos (CGI, 2018).

Segundo Da Costa (2020), o Brasil vem adotando como estratégia a compra de tecnologia de países estrangeiros, no lugar do desenvolvimento interno, o que nos torna dependentes das determinações estrangeiras, ampliando a distância no desenvolvimento industrial, além de manter a necessidade de adequação dos profissionais/usuários.

A produção interna de tecnologia é fundamental para o País, levando à eliminação progressiva da dependência externa. O autor aponta o instituto da propriedade intelectual como um importante instrumento para chegar-se à hegemonia econômica. Está no trabalho conjunto entre universidades e empresas, mediado pelo Estado, a eficiência em prover a tecnologia necessária ao Brasil (DA COSTA, 2020).

### 2.3.1 Experiências decorrentes do trabalho em casa para a qualidade de vida do trabalhador

No artigo “Consequências do teletrabalho no Brasil à luz da reforma trabalhista”, GODOY *et alii* (2019) realizaram uma pesquisa bibliográfica entre os anos de 2008 e 2018 com o objetivo de levantar os aspectos mais citados como consequências do teletrabalho para o trabalhador.

Os resultados da pesquisa indicam que os teletrabalhadores consideram como as principais vantagens: a flexibilização do horário e a redução dos deslocamentos. Esses fatores, segundo o autor, permitiriam ao trabalhador mais tempo para a vida familiar e aumentam sua disponibilidade para atender às necessidades familiares. Em contrapartida são apresentados como principais desvantagens do teletrabalho: o isolamento do trabalhador em *home office* e o risco de trabalhar mais.

O controle das atividades desenvolvidas por resultados entregues e não pelas horas trabalhadas pode sujeitar o empregado a uma intensificação exacerbada do trabalho (GODOY *et alii*, 2019). Essa forma de reconfiguração dos mecanismos de controle do trabalho em razão da produtividade também é apontada por Pereira *et alii* (2013) em sua análise do processo de reestruturação e modernização produtiva dos bancos privados. Os autores indicam a substituição do controle coercitivo e punitivo por uma forma mais sutil, propiciada pelas ferramentas de TIC, com a inclusão de mecanismos que viabilizam uma adesão voluntária do trabalhador.

Em sua tese “Do fim do trabalho ao trabalho sem fim”, Oliveira (2018) mostra que, apesar dos relatos de desenvolvedores de softwares indicarem satisfação com o ganho de tempo proveniente da redução de deslocamento entre casa-trabalho, em geral esse tempo é incorporado à jornada de trabalho. As atividades são iniciadas mais cedo ou encerradas mais tarde a fim de atender às demandas oriundas da sobrecarga de tarefas.

O isolamento do grupo é percebido de maneira diferente entre os trabalhadores. Enquanto para uma parte dos entrevistados esse sentimento influi para a desmotivação em relação à modalidade ‘trabalho em casa’; outro grupo entende como fator fundamental para a manutenção de um “ritmo e disciplina no trabalho” que não consegue estabelecer quando o trabalho é executado presencialmente (OLIVEIRA, 2018).

A autora também registra a naturalização de uma lógica de conexão mais perene com o trabalho, considerando a disponibilidade de acesso, viabilizada pelos múltiplos meios de comunicação. Mesmo quando os trabalhadores não são demandados e estão fora da jornada regular de trabalho, eles acessam e-mail, respondem mensagens e realizam atividades inerentes ao trabalho (OLIVEIRA, 2018).

Questões relacionadas a equipamento, infraestrutura e prevenção de doenças decorrentes do trabalho podem ser atribuídas a uma falha na determinação ou no controle das regras relativas ao trabalho (GODOY *et alii*, 2019). A Norma Regulamentadora 17 estabelece os parâmetros ergonômicos que devem ser observados para permitir a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Entre eles, destacam-se:

**MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO** – As mesas não podem ter quinas vivas. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto: altura ajustável à estatura do trabalhador; pouca ou nenhuma conformação na base do assento; borda frontal arredondada; encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

Os equipamentos de informática utilizados devem observar os seguintes critérios: condições de mobilidade suficientes para permitir o ajuste da tela; e o teclado deve ser independente e ter mobilidade, permitindo ao trabalhador ajustá-lo de acordo com as tarefas a serem executadas.

**CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE** - Nos locais de trabalho onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constantes como escritórios, são recomendadas as seguintes condições de conforto: níveis de ruído: o nível de ruído aceitável para efeito de conforto - 65 dB (A); índice de temperatura efetiva entre 20°C (vinte) e 23°C (vinte e três graus centígrados); velocidade do ar não superior a 0,75m/s; umidade relativa do ar não inferior a 40 (quarenta) por cento.

**CARGA E ORGANIZAÇÃO** - A organização do trabalho deve levar em consideração, no mínimo: as normas de produção; o modo operatório; a exigência de tempo; a determinação do conteúdo de tempo; o ritmo de trabalho; e o conteúdo das tarefas.

Segundo Santos *et al.* (2018), a falta de observância dos requisitos ergonômicos, por exemplo, a má utilização dos equipamentos que compõem o posto de trabalho em casa pode

acarretar muitos desconfortos e problemas de saúde ao trabalhador, como dores na coluna que aparecem devido à má postura por algum tipo de curvatura errada da articulação e sua compensação, inflamações dos músculos do ombro, que acontecem porque os cotovelos ficam sem apoio ao utilizar-se o teclado, etc. O autor sugere às organizações, tendo como base os dados de sua pesquisa, a adoção de um programa de prevenção de ginástica laboral com pausas, exercícios respiratórios e alongamentos musculares e a aquisição de equipamentos e materiais que busquem a adequação ergonômica ao posto de trabalho informatizado.

A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) regulamentou parcialmente o trabalho em *home office*, que já era aplicado anteriormente por diversas organizações. O art. 75-E da Lei 13.467/2017, estabelece que é de responsabilidade do empregador instruir os trabalhadores em *home office* quanto às precauções que devem ser tomadas para evitar doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, o que deve ser feito de maneira expressa e ostensiva. O trabalhador deverá assinar um termo de responsabilidade, comprometendo-se a seguir todas as instruções que lhe foram repassadas. Segundo Mizziara (2017), a existência do termo de responsabilidade assinado não exime a empresa de cumprir suas obrigações no que tange à saúde e segurança do trabalhador. O empregador tem o dever de fiscalizar, respeitada a inviolabilidade de domicílio, aspectos relativos à ergonomia do trabalho e o meio ambiente laboral.

Refletindo sobre as atividades de trabalho que podem ser mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, em especial quanto aos impactos percebidos, em diferentes dimensões, da vida do trabalhador, Viana (2012) analisou de que forma as relações de tempo e espaço podem ser transformadas pela flexibilização dos espaços de trabalho, correlacionando-se com as diferentes dimensões da vida do trabalhador.

A autora aponta que a invasão “da casa” e o consumo da vida privada pelo trabalho mostraram-se especialmente proeminentes e diretamente relacionados à sobrecarga e ao adoecimento do trabalhador. Na pesquisa realizada, despontaram a intensificação do trabalho, a flexibilidade e a rapidez, como elementos que perpassam tanto as formas de organização do trabalho como as próprias relações interpessoais. O trabalho afeta as relações familiares, sociais, e a própria construção da identidade e sociabilidade do trabalhador (VIANA, 2012).

Os trabalhadores se submetem a um controle e relataram a dificuldade em se desligarem do trabalho e manterem-se desconectados por meio de e-mails ou telefones celulares, mesmo em períodos de férias (VIANA, 2012).

De acordo com Oliveira (2018), o *home office* como máximo embaralhamento entre as esferas da vida privada e do trabalho tem como consequência a autorresponsabilização dos trabalhadores. Segundo Santos *et al.* (2018), a falta de observância dos requisitos ergonômicos, por exemplo, a má utilização dos equipamentos que compõem o posto de ‘trabalho em casa’ pode acarretar muitos desconfortos e problemas de saúde ao trabalhador, por exemplo: dores na coluna, que aparecem devido à má postura por algum tipo de curvatura errada da articulação e sua compensação; inflamações dos músculos do ombro, que acontecem por que os cotovelos ficam sem apoio ao utilizar-se o teclado, etc. Como mencionado nesta seção, para viabilizar o ‘trabalho em casa’, é necessário observar os requisitos relativos à adaptação do trabalho às condições psicofisiológicas do trabalhador, respeitando seus limites.

No relatório público “A opinião dos brasileiros sobre o *home office*”, publicado em outubro de 2020 pela *Orbit Data Science*, a empresa reporta os dados obtidos por meio de uma análise exploratória nas redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram) em busca de comentários publicados sobre o *home office*. Após a mineração<sup>10</sup> dos 11.782 dados identificados, a empresa classificou 1.810 comentários sobre o tema, a partir desses comentários nas redes sociais e sua evolução ao longo da pandemia da COVID-19. O estudo classificou 3 grupos de comentários: positivos, negativos ou neutros; sendo cada grupo subdividido em categorias de opiniões sobre o *home office*. Destacou-se entre as 76 categorias identificadas pelo documento as de maior recorrência.

**Tabela 3 - Comentários sobre o *home office* nas redes sociais – Fonte: *Orbit Data Science***

Comentários positivos	Comentários Negativos	Comentários neutros
Gosto de <i>home office</i> (291) recorrências	Não gosto de <i>home office</i> (217) recorrências	Voltei/voltarei para o trabalho presencial (105) recorrências
Fico mais à vontade (141) recorrências	Tenho que trabalhar mais (193) recorrências	Há aspectos positivos e negativos (31) recorrências
Trabalho com a roupa que eu quero (119) recorrências	Fiquei com dor nas costas (43) recorrências	<i>home office</i> requer adaptação (23) recorrências

<sup>10</sup> mineração de dados ou *data mining* - processo de explorar dados em busca de padrões de consistência (regras de associação ou seqüências temporais), detectando assim novos subconjuntos de dados.

Em um gráfico interativo, do qual algumas imagens foram capturadas (Figura 3 e 4), o estudo representa a evolução das categorias em 2020.

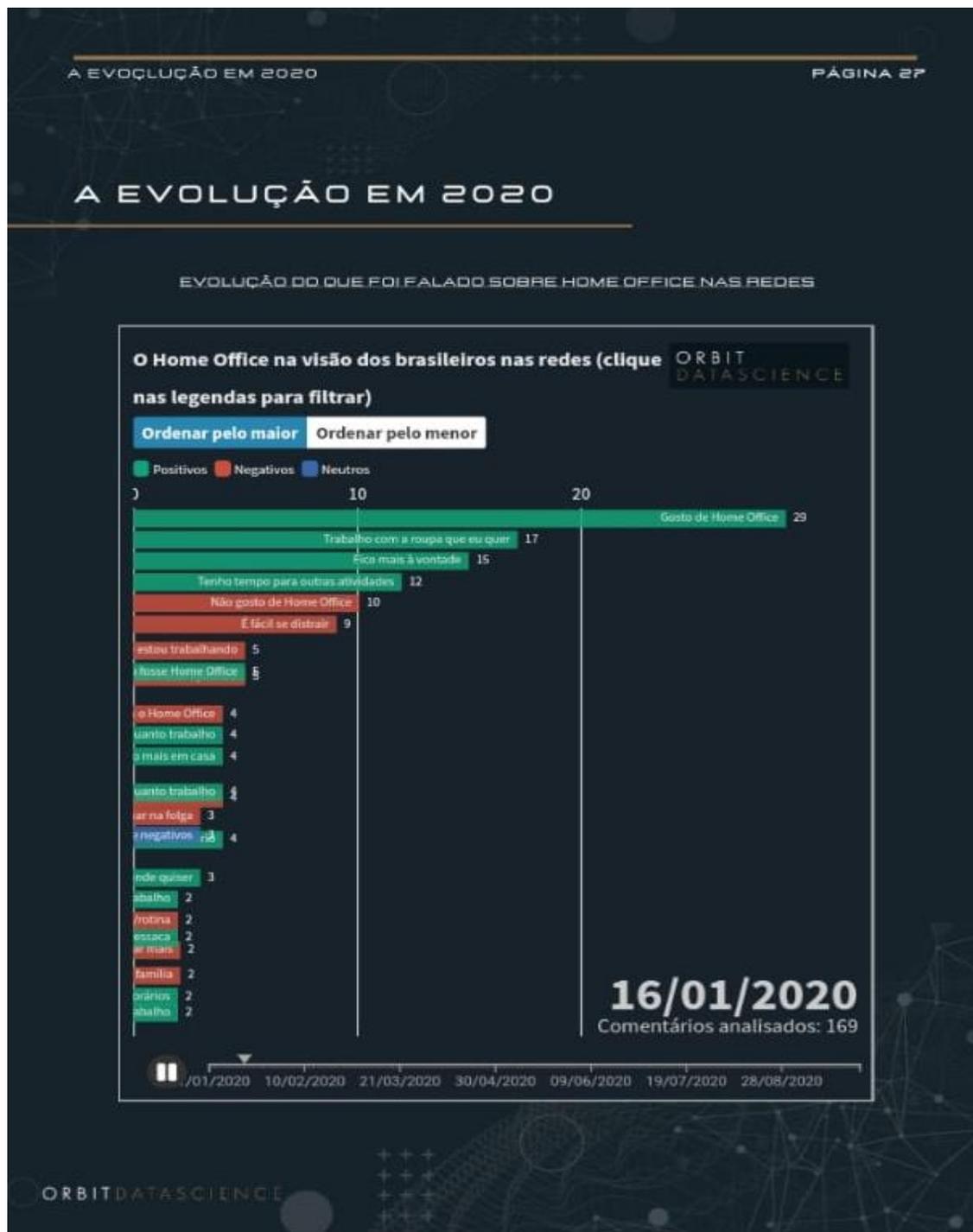


Figura 1 - Evolução do *home office* em 2020 (início do ano) - Fonte: Orbit Data Science

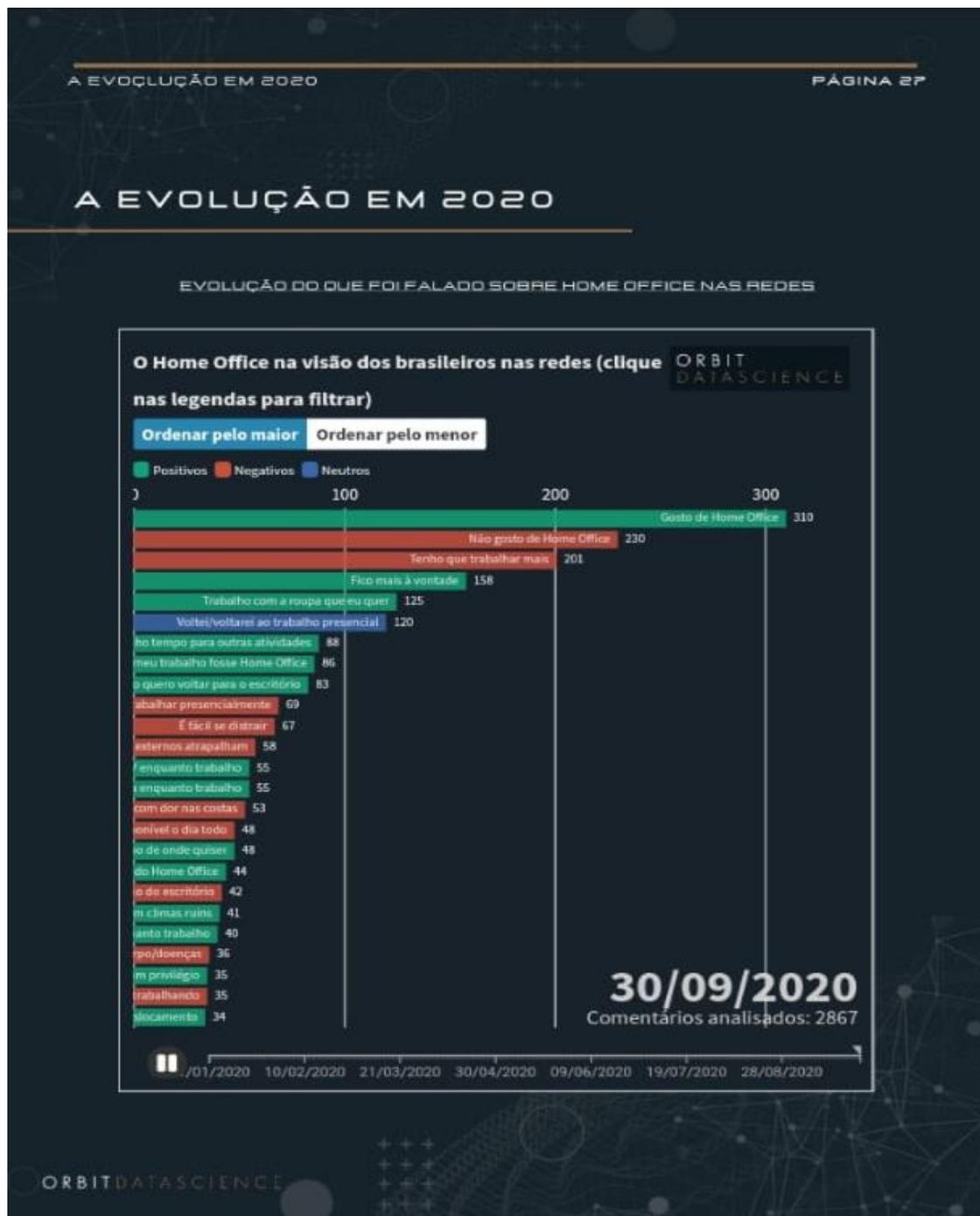


Figura 2 - Evolução do *home office* em 2020 (fim de setembro) - Fonte: Orbit Data Science

O estudo conclui que as categorias negativas, que cresceram significativamente durante a pandemia, persistem após meses de trabalho em *home office*. A falta de uma estrutura similar ao do trabalho presencial, a falta de interação social e o aumento da carga de trabalho são apontados como as principais causas do aumento da insatisfação com o *home office* em 2020.

### **2.3.2- Experiência do ‘trabalho em casa’ no Brasil durante a pandemia de COVID-19 no Brasil**

Segundo Almeida (2020), o enfrentamento da pandemia da COVID-19 não foi o mesmo para todos os países, e mesmo entre os grupos de pessoa distribuídos social e regionalmente. Características políticas, econômicas e socioculturais influenciaram o acesso aos recursos disponíveis ao enfrentamento da doença. A pandemia desvela desigualdades estruturais, geradas e aprofundadas pelo capitalismo, para as quais nem os Estados nem a sociedade conseguem dar respostas.

No Brasil, onde se vivenciam historicamente diversas formas de exploração e precarização do trabalho, os efeitos sociais gerados pela pandemia encontraram uma população vulnerável (ANTUNES, 2020). Os três séculos e meio de escravidão naturalizaram a percepção dos efeitos da desigualdade. A mão de obra, predominantemente negra até a abolição, foi substituída por imigrantes, no bojo de uma política de branqueamento. Do mesmo modo, interditou-se o acesso da população negra às terras. Entre 1920 e 1970, obtivemos uma taxa anual média de crescimento superior aos dos países ditos desenvolvidos, no entanto esse crescimento não serviu para reduzir a pobreza ou as desigualdades. A população negra ainda sofre com a falta de educação, habitação, trabalho decente, saúde e mesmo uma vida sem violência (THEODORO, 2020).

A naturalização do patriarcado é outro fato presente na sociedade brasileira e faz com que a mulher sofra diferentes graus de discriminação em razão de sua origem, idade, orientação sexual, gravidez, doença e deficiência. As mulheres também são mais sujeitas a assédio, tanto moral como sexual. O trabalho, que tem o potencial de aumentar o senso de autoestima e confiança da mulher, também pode, em razão do acúmulo de informações e responsabilidades no lar, criar impactos negativos físicos e emocionais (ALMEIDA, 2020).

Segundo Theodoro (2020), é nesse cenário marcado por desigualdades sociais que o Brasil enfrentou a pandemia mal gerida pelo Estado desde seu início. O Poder Executivo, em suas três esferas de representação, tem dado sinais contraditórios à população. Posições diametralmente opostas acerca da necessidade de manter a quarentena e mesmo da relevância da própria pandemia tem confundindo a população. Os empresários pressionam para que o Estado libere a volta do trabalho. Os trabalhadores, sobretudo aqueles ligados às atividades informais e que dependem de

sua renda diária, na falta de uma ação mais efetiva do Estado, voltaram às suas ocupações (THEODORO, 2020).

Para Antunes (2020), a pandemia não é somente um fenômeno natural, tratando-se de um fenômeno intimamente relacionado ao “sistema metabólico do capital”, que se nutre pela destruição do trabalho e da natureza. Segundo o autor, mesmo contemporaneamente, com todo o “arsenal informacional” (algoritmos, Inteligência Artificial, etc.), o capital necessita do “trabalho vivo” que pode ser o de supervisionar a atuação do maquinário digital, ou para execução dos trabalhos “uberizados”. Segundo o autor, instala-se uma nova era da servidão: a “escravidão digital”.

O teletrabalho e o home office tiveram expressivo crescimento na pandemia e manterão essa tendência no futuro pós-pandêmico em todas as atividades para as quais sua implantação é possível, uma vez que o isolamento e a fragmentação social possibilitam a alienação quanto às reais condições de trabalho, reduzem a possibilidade de organização coletiva para luta por direitos e promovem o fim da separação entre “tempo de trabalho e tempo de vida” (ANTUNES, 2020).

O professor Antunes aponta como principais diferenças entre o teletrabalho e o home office o controle da jornada e uma preservação dos direitos trabalhistas ainda mantidos no home office. No entanto, o autor questiona por quanto tempo essa condição será mantida. O autor percebe a pandemia como um momento para que o capital experimente novas formas de organização para o trabalho e como extrair delas seu principal objeto: o aumento da mais-valia<sup>11</sup> (ANTUNES, 2020).

As mulheres brasileiras que realizaram home office são, na maioria dos casos, de classe média e, embora estejam em melhores condições no que tange ao expor-se à COVID-19 daquelas obrigadas a sair de casa para trabalhar (empregadas domésticas, babás, cuidadoras, técnicas em saúde, etc.), estão, de modo geral, inseridas em relações precarizadas ou informais de trabalho, determinadas pela estratificação de gênero, raça e classe social; na medida em que é socialmente construído que as obrigações domésticas da própria residência cabem à mulher (ALMEIDA, 2020).

A transformação do espaço doméstico com o home office leva ao máximo a exigência de produtividade todos os dias da semana, sem limite de horário e demandas, bem como ignora os alarmantes índices de violência em casa. Mesmo antes da pandemia, em média, mulheres

---

<sup>11</sup> Segundo MARX, a mais-valia resulta na diferença entre o valor final da mercadoria/serviço produzido e a soma do valor relativo aos meios de produção e do trabalho.

trabalhavam o dobro de horas semanais que homens, considerando as atividades inerentes ao “lar doce lar” (ALMEIDA, 2020).

### **2.3.3 – Conclusões decorrentes do referencial teórico pesquisado**

O referencial teórico aponta para uma associação entre o emprego da tecnologia para instrumentalização da concepção de produção capitalista, presente nas revoluções industriais e consequentemente na forma de organização do trabalho. Este modelo guarda um sentido orientado principalmente à obtenção do lucro.

Essas relações partem de fundamentos inerentes à dialética consumo/produção proposta por Marx (2005). Aplicada ao fenômeno analisado a referida dialética desvela-se nos pressupostos constituintes do ‘trabalho em casa’: ‘o trabalho’, ‘o uso de tecnologia’ ‘e a casa’; tornando-o possível apenas o grupo de trabalhadores para os quais o consumo ainda não foi negado.

Os trabalhos que relatam experiências decorrentes do trabalho em casa para a qualidade de vida do trabalhador indicam, entre outras questões, a sobrecarga de trabalho e inadequabilidade do posto de trabalho como principais agentes de risco. O teletrabalho e o home office tiveram expressivo crescimento na pandemia, no entanto promoveu o fim da separação entre “tempo de trabalho e tempo de vida”.

## **3. PERCURSO METODOLÓGICO**

O presente estudo buscou identificar em que medida os trabalhadores percebem que ‘o trabalho em casa’, durante o isolamento provocado pela pandemia, está determinado pelo potencial de produção e consumo. Foi realizada uma revisão da literatura, buscando identificar elementos fundamentais, a categorização e interpretação dos relatos. A pesquisa foi baseada em uma abordagem quanti-qualitativa, com uso de um questionário inicial para coleta de dados e, posteriormente, a partir desses dados e do referencial teórico utilizado, subsidiar a elaboração do roteiro de entrevista semiestruturado.

O contexto contingencial, apesar de permitir desvelar aspectos do ‘trabalho em casa’ que são mais adequadamente visíveis quando sua essência ontológica se manifesta, restringiu a capacidade de coleta dos dados, tendo em vista que os respondentes da pesquisa são contatos diretos ou indiretos do pesquisador e que as entrevistas não foram realizadas presencialmente, mas através do aplicativo Zoom.

### 3.1 A pesquisa quantitativa

Foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva<sup>12</sup>, utilizando a ferramenta *Google forms*, distribuída aos contatos pessoais diretos do pesquisador<sup>13</sup>, usuários de WhatsApp, solicitando ao respondente, se possível, a replicação para sua base de contatos.

Foi esclarecido que o questionário era sobre o trabalho em home office, em especial durante a pandemia do COVID-19. Também foi informado que a pesquisa tinha finalidade meramente acadêmica, que as respostas não seriam divulgadas individualmente e os dados resguardados.

As perguntas tiveram por base o referencial teórico pesquisado, buscando identificar elementos que tornam possível a organização do trabalho:

- a influência da produção e do custo da organização como determinante do fenômeno ‘trabalho em casa’ - Marx, 2005
- acesso aos meios e condições que tornam possível o *home office* analisado (residência, trabalho remunerado e acesso à tecnologia) - Pinto, 2005; Araújo *et alii*, 2019; Antunes, 2020);
- impactos negativos à qualidade de vida do trabalhador - Godoy *et alii*, 2019; Oliveira, 2018.

Antes da aplicação da pesquisa, o questionário foi encaminhado a um grupo de cerca de 20 pessoas, com a finalidade de avaliar a clareza e o tempo médio necessário para resposta. Em razão dessa avaliação prévia, foram alteradas, excluídas e incluídas perguntas e alterados os modelos de questionamento (resposta curta, múltipla escolha, etc.).

Por meio de respostas condicionais, o respondente foi conduzido à seção seguinte ou o questionário finalizado. As seções buscaram identificar:

- características do respondente: faixa etária, escolaridade, atividade profissional, etc.
- se o respondente trabalhou e em qual mercado (formal ou informal);
- que elementos da estrutura do ‘trabalho em casa’ o respondente tinha à sua disposição no momento pré-pandemia;
- se o respondente realizou ‘trabalho em casa’ durante a pandemia;
- se o respondente perdeu o trabalho em razão da imposição do *home office*;
- se o respondente interrompeu o *home office* e por qual motivo;

<sup>12</sup> Pesquisa descritiva – Tem por objetivo buscar opiniões sobre determinado fenômeno. (PINSONNEAULT, 1993, apud FREITAS Et al, 2000)

<sup>13</sup> Amostra por conveniência – Caracteriza pela disponibilidade do respondente (BICKMAN, 1997, apud FREITAS Et al, 2000).

- Se a organização para qual o respondente trabalha planeja manter o ‘trabalho em casa’ após a pandemia;
- os impactos negativos do trabalho em casa na qualidade de vida dos empregados;
- se o respondente seria voluntário para a fase qualitativa da pesquisa.

A pesquisa foi realizada no período de 06 a 26 de outubro de 2020 e teve como universo os contatos diretos e indiretos do pesquisador, não sendo possível identificar o número de potenciais respondentes. Foram obtidas 212 respostas.

### 3.2 A pesquisa qualitativa

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de base fenomenológica, com o propósito de “dar vida” aos dados estatísticos obtidos com a pesquisa quantitativa. Segundo Leavy (2017), a pesquisa social deve produzir conhecimento e nos ajudar a entender o mundo social e o nosso lugar nele. A pesquisa social tem se desenvolvido como uma forma de construção de conhecimento que promove práticas de observação sistemática do mundo.

A fase qualitativa da pesquisa se insere no contexto de uma perspectiva crítica do trabalho em casa. Será usado o paradigma interpretativo-construtivista, que supõe a existência de realidades múltiplas nas quais podem se estabelecer compreensões acerca do fenômeno estudado. Para produção do *corpus* de pesquisa qualitativa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores que experimentaram o ‘trabalho em casa’ (*home office*). A análise do *corpus* de pesquisa seguiu um processo dedutivo no qual as abstrações foram formadas partir da inspeção do mesmo – fenomenologia. A análise dos relatos permitiu explorar seus sentido e significados (DENZIN & LINCON, 2006).

As categorias de análise foram definidas *a priori*, em razão do referencial teórico pesquisado. Buscou-se analisar as respostas de trabalhadores que durante a pandemia de COVID-19 no Brasil realizaram *home office* quanto a:

- a) aumento de produtividade e redução de custo decorrente ‘trabalho em casa’;
- b) influência da própria capacidade de consumo como pré-requisito à prática *do home office*;
- c) impactos negativos à qualidade de vida no trabalho decorrentes do *home office*.

Os grupos foram separados, e os participantes da fase qualitativa escolhidos em razão dos dados obtidos pela pesquisa quantitativa e a voluntariedade do respondente em participar da pesquisa qualitativa. Foram selecionados para produção do *corpus* da pesquisa 4 grupos de respondentes:

- os que afirmaram ter perdido o trabalho por causa da imposição do *home office*;
- os que trabalham no mercado informal;
- os que trabalham no mercado formal e mantiveram-se em *home office* até a data da pesquisa;
- os que trabalham no mercado formal e tiveram que retornar às atividades presenciais por determinação da empresa.

As entrevistas foram realizadas por meio das “salas” do aplicativo Zoom, gravadas e orientadas por um roteiro predeterminado de perguntas. Antes de iniciar a gravação da entrevista, o referido roteiro era apresentado ao respondente para esclarecimentos semânticos sobre o objetivo das perguntas. Iniciada a gravação, alguns entrevistados responderam mais de uma pergunta na mesma resposta ou construíram seu discurso independentemente de questionamentos. O tempo médio de duração das entrevistas foi cerca de 30 minutos.

Durante as entrevistas, foi investigado o relato dos trabalhadores entrevistados que não puderam realizar o ‘trabalho em casa’, dos que se mantiveram em trabalho em casa durante a pandemia e dos que tiveram que deixar o *home office* por determinação da empresa.

Os participantes foram identificados com a denominação “T” de Trabalhador, seguido da ordem em que foram entrevistados, ou seja, o primeiro participante a ser entrevistado recebeu a denominação Trabalhador1; o segundo participante, Trabalhador2, e assim sucessivamente. O roteiro de entrevista utilizado na pesquisa quantitativa está disponível nos Anexos desta dissertação.

No próximo capítulo serão apresentados os dados obtidos na fase quantitativa e o *corpus* construído a partir dos relatos de trabalhadores que tiveram a experiência do *home office* durante a pandemia de COVID-19.

## 4. RESULTADOS OBTIDOS

### 4.1 Resultados da pesquisa quantitativa

A pesquisa foi realizada no período de 06 a 26 de outubro de 2020 e obteve 212 respostas. Registra-se que a forma escolhida para coleta de dados determinou o acesso a estes, uma vez que, para responder as perguntas, os participantes tinham que dispor de um hardware (computador, smartphone, etc.) e acesso à internet.

#### 4.1.1 Caracterização dos respondentes

A maioria dos respondentes é do sexo feminino, com idade entre 36 e 55 anos, possuem nível de escolaridade acima do superior e formações variadas, sendo as mais predominantes em Psicologia, Engenharia e Administração.

Qual seu sexo?

212 respostas

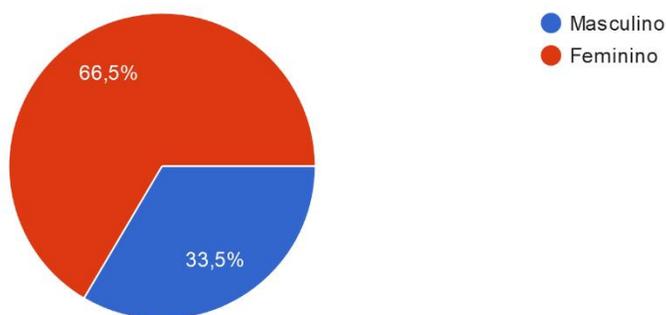
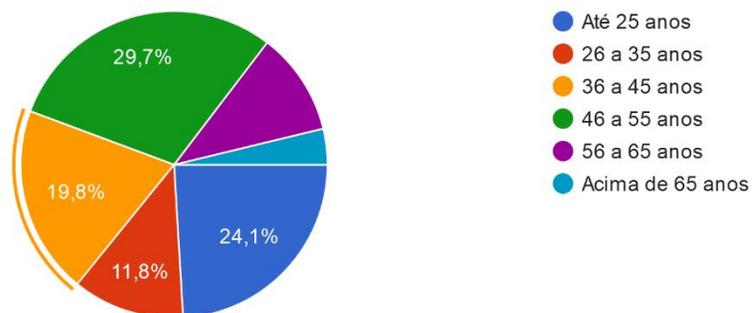


Figura 3 - Percentual de respondentes por sexo

Qual a sua faixa etária?

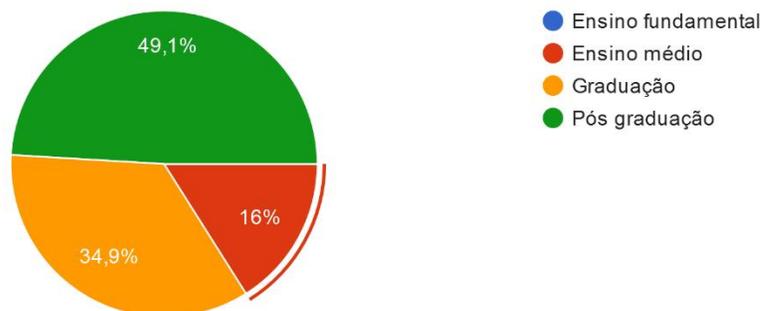
212 respostas



**Figura 4 - Faixa etária dos respondentes**

Qual a sua escolaridade?

212 respostas

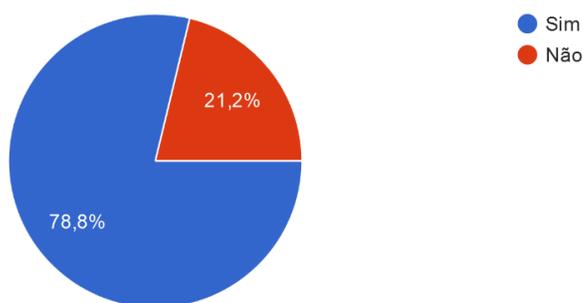


**Figura 5 - Escolaridade dos respondentes**

#### 4.1.2 A inserção no mercado de trabalho

Dos 212 respondentes da pesquisa, 21,2% não se consideraram inseridos no mercado de trabalho, ou seja, são: desempregados, estudantes ou outra categoria que, no momento da resposta, identificaram-se como não trabalhadores. Os dados da pesquisa, quanto a inclusão no mercado de trabalho, são superiores aos indicados pelo IBGE, que apontavam no primeiro trimestre de 2020 uma taxa de desocupação do País de 12,2% no país.

Você trabalha?  
212 respostas

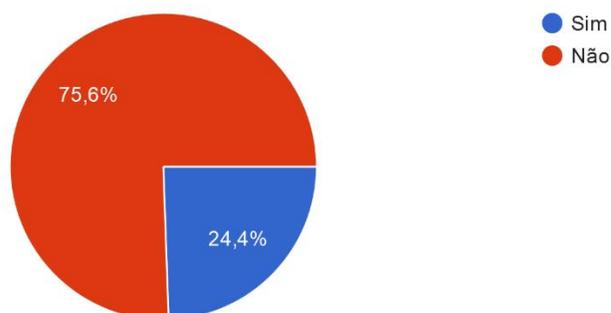


**Figura 6 - Percentual de respondentes caracterizados como trabalhadores**

Dos 45 de respondentes identificados como não inseridos no mercado de trabalho, apenas 24,4% (10 pessoas) estão buscando uma ocupação. Apesar da pesquisa indicar um percentual que não trabalha acima dos indicadores oficiais, o percentual destes respondentes que buscam trabalho é muito reduzido. Esse fato representa que, em relação a inserção no mercado de trabalho, a amostra contém um segmento voltado a outras atividades não categorizadas como trabalho, por exemplo, a dedicação em tempo integral aos estudos.

Você está buscando trabalho?

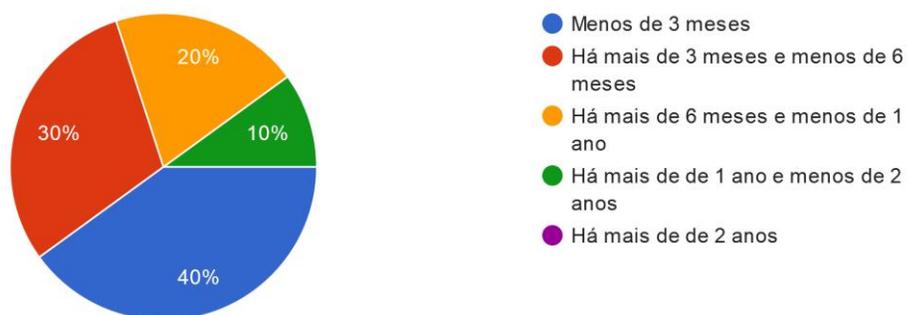
45 respostas



**Figura 7 - Percentual de respondentes que estão em busca de trabalho**

Há quanto tempo você está buscando trabalho?

10 respostas



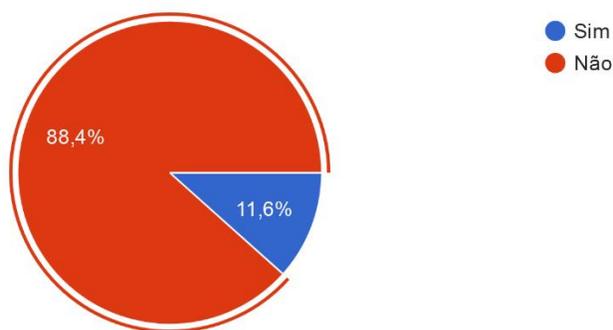
**Figura 8 – Tempo de busca por ocupação**

Em 90% dos casos o tempo de busca por trabalho é inferior a 1 ano, não havendo registro de busca por trabalho por período superior a 2 anos. Tal fato é indicativo que a busca por trabalho é um fenômeno recente entre os respondentes desse recorte.

Também foi questionado se a pandemia motivou a demissão do respondente. Apenas 11,6% responderam positivamente a essa questão, embora a maior parte dos respondentes considere que suas atividades laborais poderiam ser realizadas em *home office*.

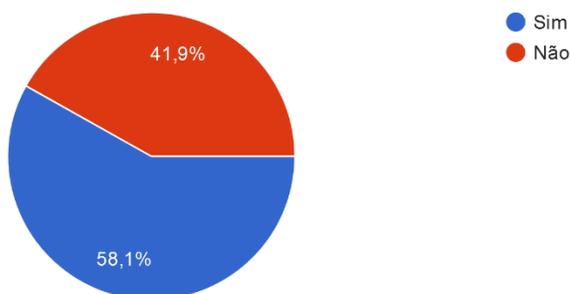
Você perdeu seu trabalho em função da pandemia?

43 respostas



Na sua visão, você poderia manter o emprego se suas atividades fossem executada em home office?

43 respostas



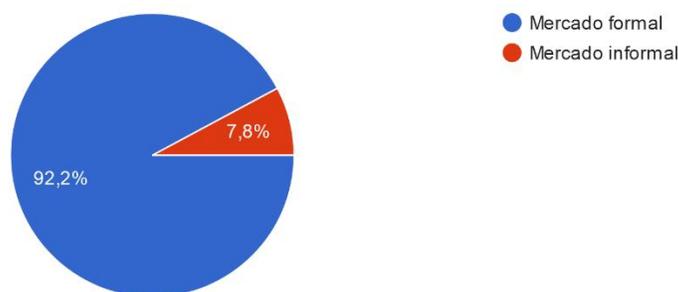
4.1.3

### Caracterização do trabalhador

Figura 10 - Percentual de respondentes que consideram que a atividade poderia ser executada em *home office*

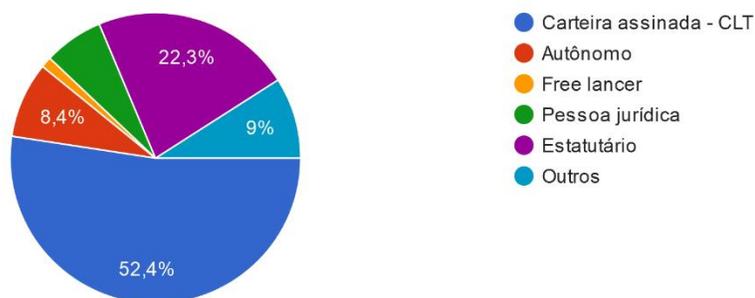
Os respondentes identificados como trabalhadores são em sua maioria do sexo feminino (63,4%), com idade entre 36 e 55 anos (57,3%), possuem nível escolar acima do superior (54%) e formações variadas, sendo as mais predominantes Psicologia, Engenharia e Administração. A maioria dos trabalhadores respondentes atuam no mercado formal, em relações regidas pela Consolidação das Lei do Trabalho (CLT).

Em qual segmento da economia você trabalha?  
166 respostas



**Figura 11 - Segmento da economia**

Qual é o tipo do seu vínculo contratual de trabalho?  
166 respostas



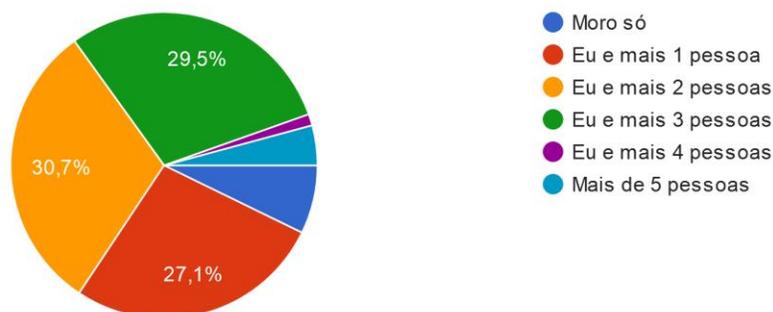
**Figura 12 - Vínculo de trabalho**

Os dados da pesquisa sobre escolarização, segmento e vínculos de trabalho predominantes entre os respondentes deste recorte não são característicos do mercado de trabalho brasileiro, que ainda é marcado pela baixa escolaridade e informalidade (IBGE -2020).

A maioria desses respondentes residem com até duas pessoas, não tem filho em idade escolar e o tempo de gasto durante o deslocamento no percurso de ida e volta de suas residências para o trabalho é inferior a 1 hora.

Quantas pessoas residem com você?

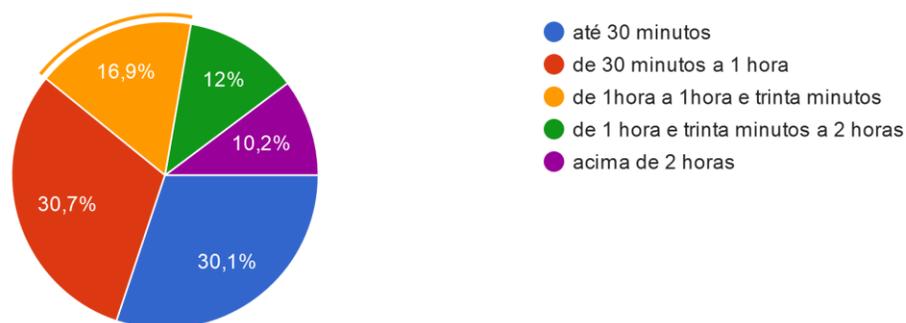
166 respostas



**Figura 13 - Número de pessoas na residência**

Quanto tempo em horas você leva no percurso de ida e volta para ao trabalho? (indique somente o número de horas)

166 respostas



**Figura 14 – Tempo no percurso casa - trabalho**

Esses dados da pesquisa relativos à residência não são representativos do déficit habitacional apontado pela PNAD (2015) uma vez que 87,1% dos respondentes residem em casas com até 3 pessoas. O critério principal para adoção do *home office* fora do período de pandemia também sugere ser pouco relevante, considerando o tempo gasto no percurso casa – trabalho da maioria dos respondentes (60,8% das respostas indicam que o tempo de ida e vinda para o trabalho é inferior a 1 hora).

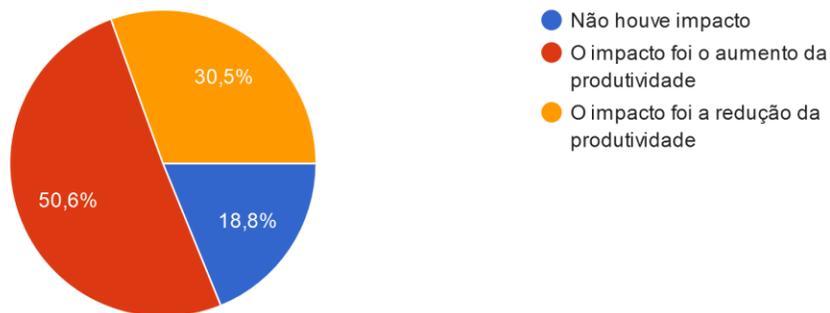
#### 4.1.3.1 Respostas do trabalhador que realizou *home office* durante a pandemia

Dos trabalhadores que participaram da pesquisa, 92,7% afirmaram que a Organização para o qual trabalham adotou o ‘trabalho em casa’. Desse universo, 89,6% dos respondentes afirmaram que a Organização adotou o *home office* para todos os trabalhadores e 10,4% somente para os trabalhadores pertencentes a grupos de risco.

Foi questionado ao respondente o que ele tinha a dizer quanto ao impacto do *home office* na produtividade e no custo da organização onde eles trabalham. Uma maioria entende que o trabalho remoto não afeta, ou afeta positivamente, essas funções.

Qual a sua percepção quanto ao impacto do trabalho remoto na produtividade da Organização que você trabalha?

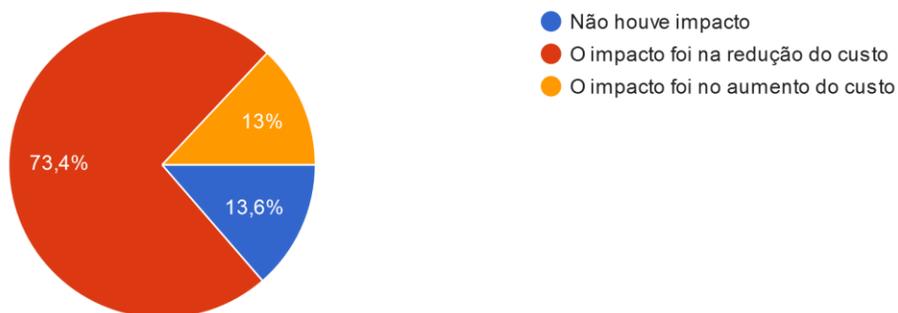
154 respostas



**Figura 15 - Impacto na produção**

Qual a sua percepção quanto ao impacto do trabalho remoto no custo da Organização que você trabalha?

154 respostas

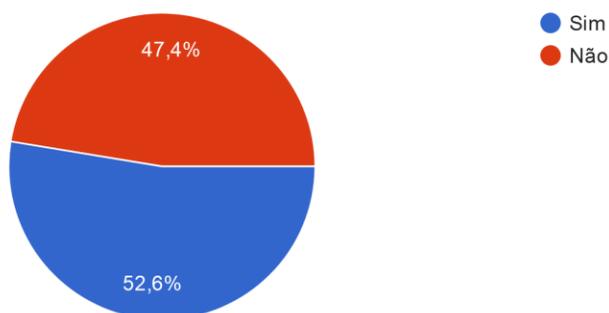


**Figura 16 - Impacto no custo**

O respondente foi questionado se ele teve que fazer algum tipo de investimento para viabilizar o trabalho em casa e qual foi esse investimento.

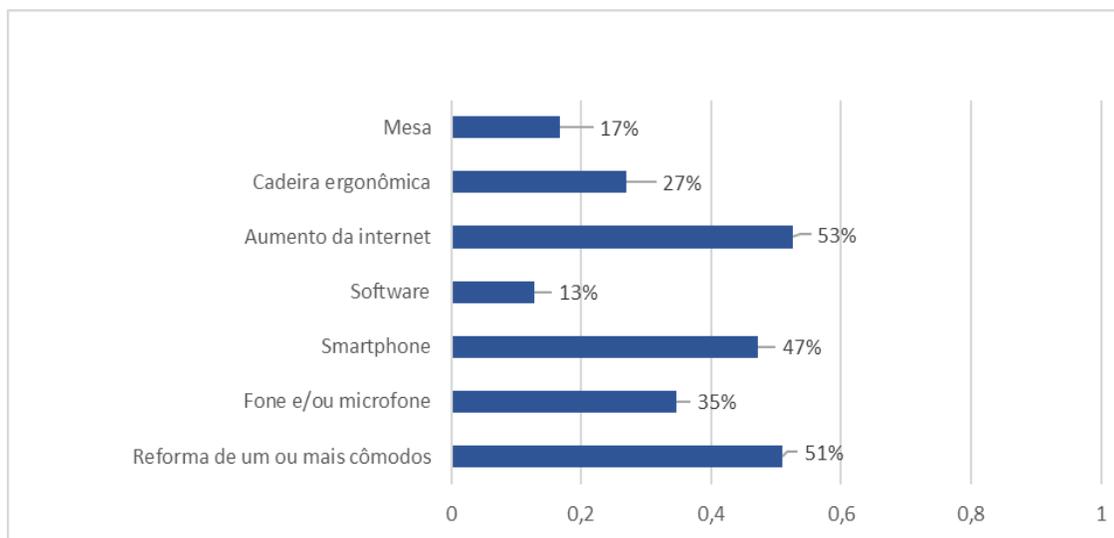
Você realizou algum investimento para possibilitar que seu trabalho fosse desenvolvido em home office?

154 respostas



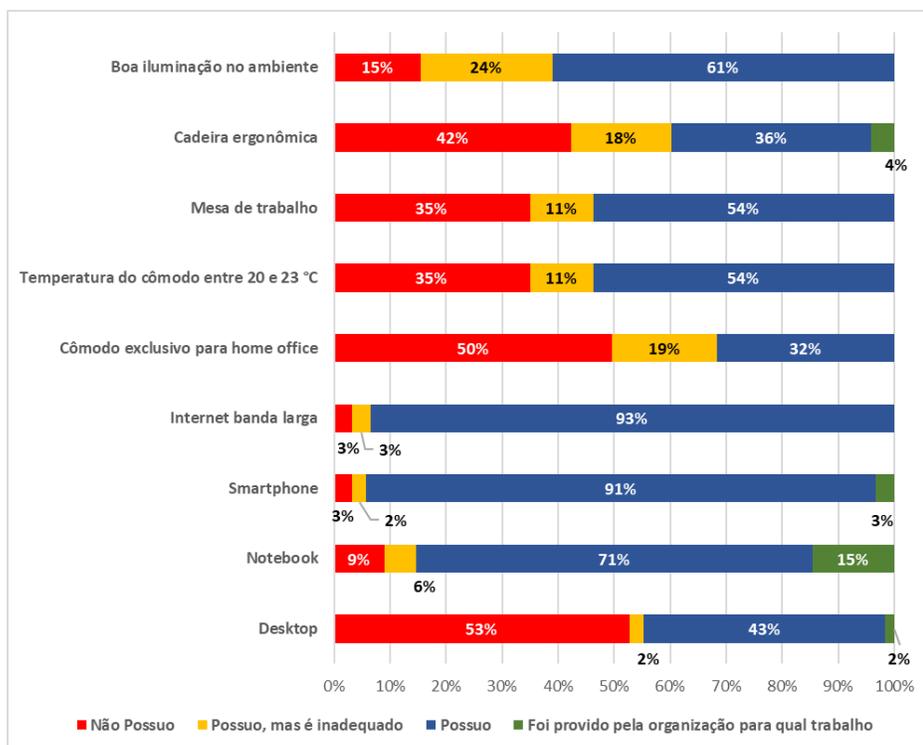
**Figura 17 - Realização de investimento pelo trabalhador**

Qual(is) item(ns) você adquiriu ou adaptou para realizar o trabalho em casa?



**Figura 18 - Equipamentos e estrutura**

O respondente foi questionado sobre a disponibilidade em sua casa das seguintes ferramentas/condições estruturais:



**Figura 19 - Tipo de investimento realizado**

Foi verificado o grau de concordância em relação às seguintes afirmações:

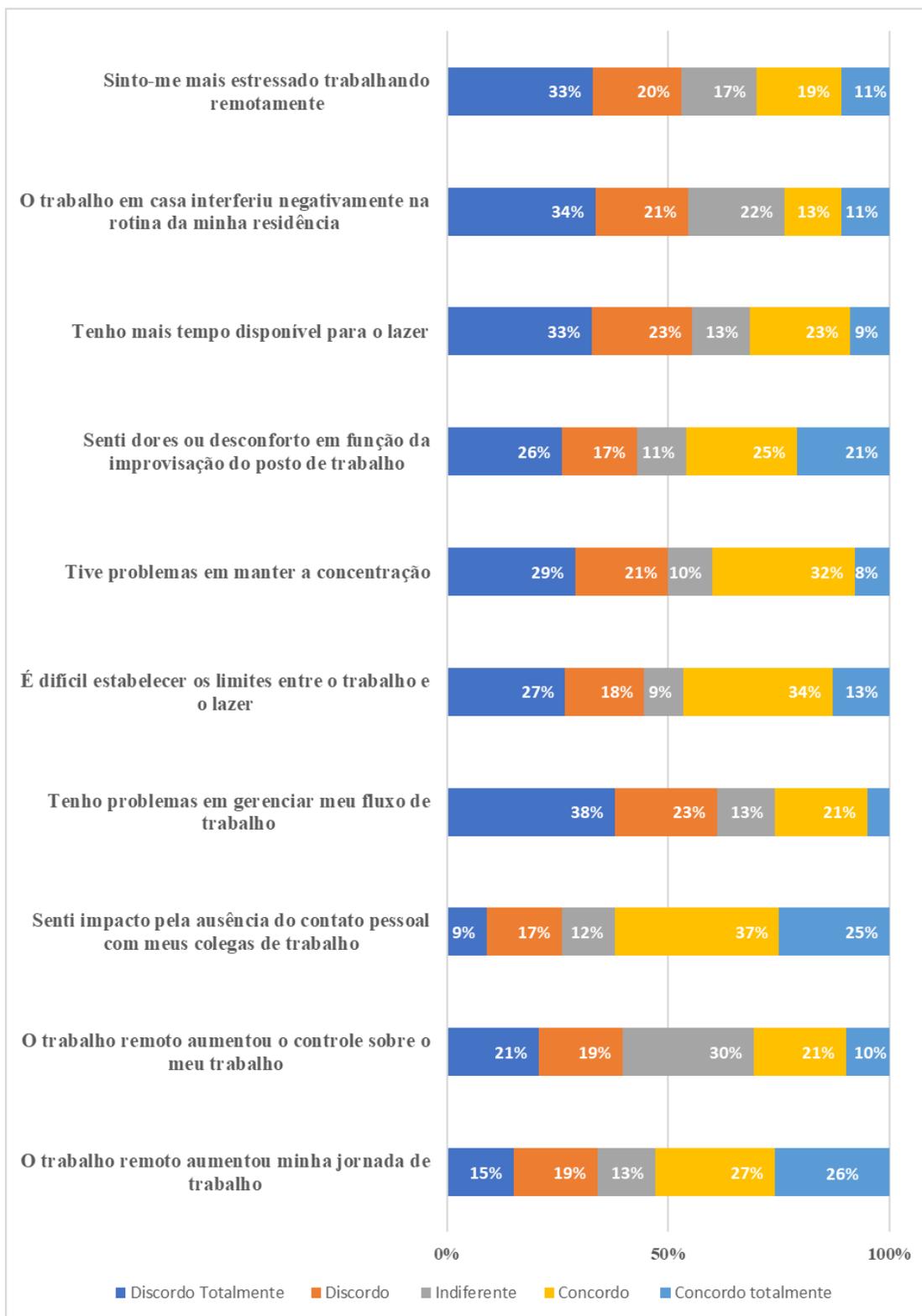
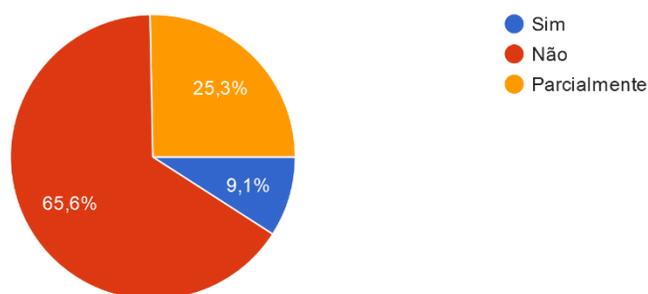


Figura 20 - Concordância com as afirmações

Foi perguntado ao respondente se, ainda durante a pandemia, a Organização deixou de utilizar o *home office* e por qual motivo. A maioria das organizações mantiveram-se em *home office*, conforme demonstrado no gráfico abaixo, e os 10 principais motivos para abandonar o ‘trabalho em casa’ alegados pelo respondente encontram-se na Tabela 3.

Durante a pandemia, a Organização que você trabalha deixou de usar o trabalho em casa?  
154 respostas



**Figura 21 - Término do *home office* durante a pandemia**

**Tabela 3 - Continuidade do 'trabalho em casa' durante a pandemia**

Motivo de ter deixado o <i>home office</i>
A atividade presencial é essencial ao funcionamento da Organização.
Para acelerar a resposta do negócio ao mercado varejista.
A organização deixou até o presente momento os funcionários com doenças crônicas em <i>home office</i> ; os outros, retornaram com as devidas precauções e redução da carga horária devido à empresa ser uma instituição financeira.
Queda de proatividade da equipe e de recursos para manter o ambiente seguro e adequado para a saúde de todos.
Queda na curva de contágio.
Flexibilização e controle para continuar com a empresa aberta.
Imposição do governo.
A demanda de alunos que desejavam retornar às atividades de aulas presenciais.
A rotina da instituição precisava retornar para melhorar o fluxo de caixa, mesmo flexibilizando as ações de alguns setores internos.
Não tenho conhecimento desta resposta.

Foi perguntado ao respondente se, após a pandemia, a Organização está planejando utilizar o *home office* de forma contínua. Segundo os dados obtidos pela pesquisa, a maioria das organizações não está planejando ou implementando medidas para adotar definitivamente o *home office*, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Na tabela 4, o respondente citou as principais medidas implementadas ou adotadas pela Organização para continuidade do *home office*.

Após a pandemia, a organização que você trabalha está planejando medidas no sentido de adotar de forma permanente o 'trabalho em casa', mesmo em período parcial?

154 respostas

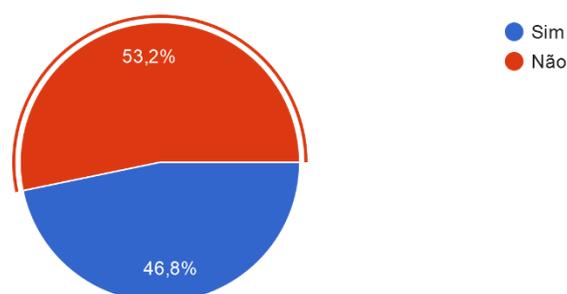


Figura 22 - Planejamento para adoção do *home office* após a pandemia

Tabela 4 – Medidas planejadas ou adotadas para implantação do *home office* pós-pandemia

Planejando a implantação do <i>home office</i>
Compra de cadeiras; compra de suporte para o laptop.
Equipamentos para todos os colaboradores, notebook, mouse, headset.
Diminuição da jornada de trabalho e inclusão de medidas preventivas.
Grupo de trabalho instituído para discutir a implantação de forma oficial do <i>home office</i> .
Como não era permitido, o direito ao <i>home office</i> agora nos permite passar até 60% da semana em casa, dependendo da função e exigência de cada funcionário.
Não sei.
Ainda não foram divulgadas.
Já se encontrava em curso projeto-piloto para adoção de teletrabalho parcial na companhia.
Aulas híbridas revisão com o programa de todos os cursos.
Disponibilizar estrutura para os funcionários (computador e internet).

## 4.2 Análise dos resultados da pesquisa quantitativa

Foi objetivo da pesquisa quantitativa analisar dados sobre experiências de trabalho em casa vivenciadas durante o isolamento provocado pela pandemia de COVID-19, com o propósito de identificar elementos estruturais da ressignificação do ‘trabalho’, mais especificamente na condição de contexto do fenômeno ‘trabalho em casa’.

Há um perfil predominante entre os respondentes que realizaram *home office*: sexo feminino (62,9%), idade entre 36 e 55 anos (74,5%), nível superior (56,4%) e formações variadas, sendo as mais frequentes Psicologia, Engenharia e Administração. A maioria dos respondentes atua no mercado formal, em relações regidas pela Consolidação das Lei do Trabalho (CLT).

Considerando a escolarização e vínculos de trabalho predominantes entre os respondentes, os achados desse recorte pesquisado vão ao encontro das proposições que vêm na organização do trabalho do modo de produção capitalista um “privilégio” que determina e é determinado pela estratificação social, formado e formando “castas” de trabalhadores (MARX, 2005; ANTUNES, 2020).

No que tange ao ‘trabalho em casa’, configura-se em mais uma determinação particular estabelecida pelos critérios básicos de acesso aos meios e condições, que tornam possível a existência do fenômeno analisado (ANTUNES, 2020): residência, trabalho remunerado e acesso à tecnologia. No que diz respeito à tecnologia, 91% têm acesso à internet banda larga, 91% possuem smartphone e 73% notebook. A maioria desses respondentes residem com até duas pessoas, não tem filho em idade escolar e o tempo de gasto durante o deslocamento no percurso de ida e volta de suas residências para o trabalho é inferior a 1 hora.

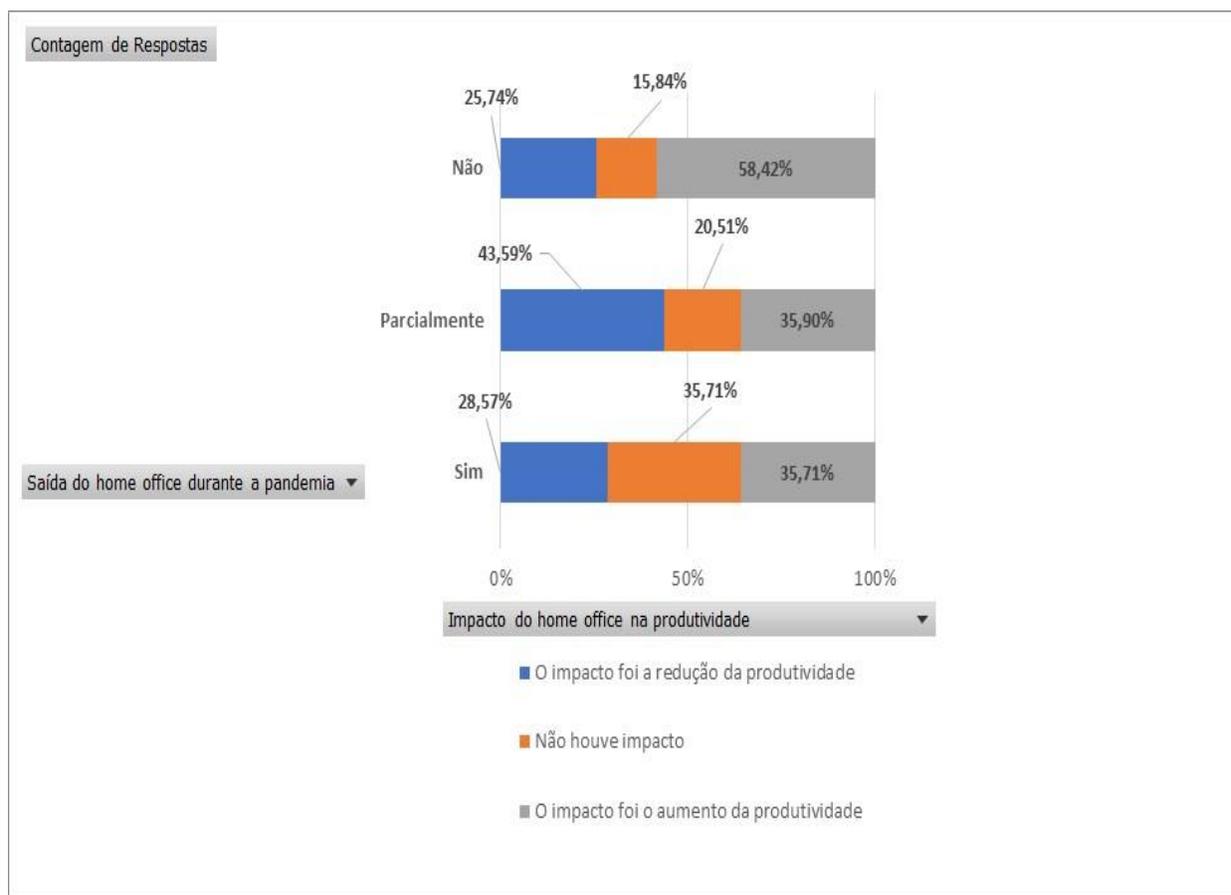
No relato de 53% dos respondentes, o trabalho remoto aumentou a jornada de trabalho apesar da redução do tempo gasto no deslocamento de ida e volta da casa para o trabalho, sendo que, para 56% dos respondentes, essa disponibilidade de tempo não foi revertida em lazer. Conforme apontado por Oliveira, 2018, na tese “Do fim do trabalho ao trabalho sem fim”, o ganho de tempo proveniente da redução de deslocamento entre casa-trabalho, em geral, é incorporado à jornada de trabalho.

Quanto à influência da produção como determinante do fenômeno ‘trabalho em casa’, destaca-se seu aumento e a redução do custo nas organizações que mantiveram o *home office* durante a pandemia e para aquelas que planejam a adoção permanente do ‘trabalho em casa’.

Foi observada uma relação entre as respostas que indicam o aumento da produtividade da Organização e a manutenção do *home office* durante a pandemia. Comparando as proporções das respostas entre os três grupos, o grupo de trabalhadores de Organizações que prolongaram a manutenção do trabalho em casa foi o que apresentou mais respostas indicando o aumento da produtividade (58,42%). A tabela 5 e a figura 23 apresentam os resultados obtidos.

**Tabela 5 - Saída do *home office* x impacto na produção**

Contagem de Respostas	Rótulos de Coluna			Total Geral
Rótulos de Linha	O impacto foi a redução da produtividade	Não houve impacto	O impacto foi o aumento da produtividade	
Sim	28,57%	35,71%	35,71%	100,00%
Parcialmente	43,59%	20,51%	35,90%	100,00%
Não	25,74%	15,84%	58,42%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>30,52%</b>	<b>18,83%</b>	<b>50,65%</b>	<b>100,00%</b>

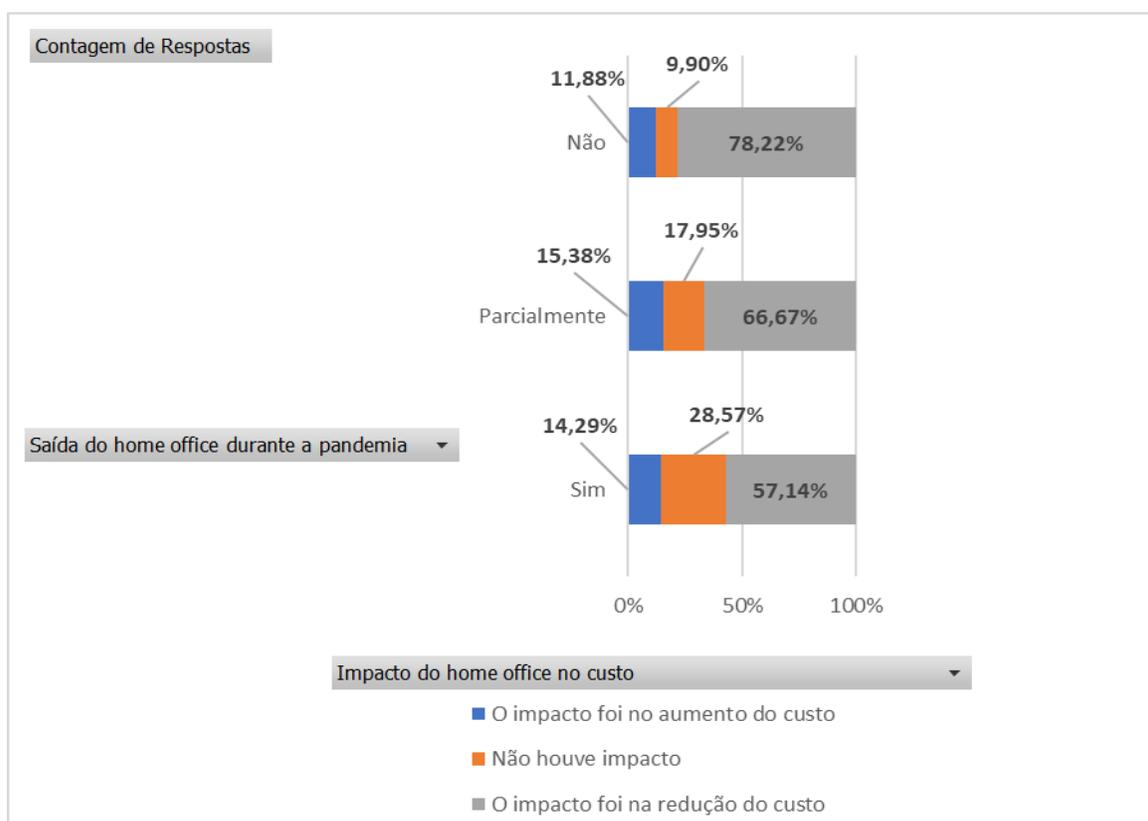


**Figura 23 - Saída do *home office* x impacto na produção**

Na relação entre custo e a manutenção do home office durante a pandemia, a redução de custo de produção da Organização é predominante nas respostas dos três grupos (os que permaneceram em ‘trabalho em casa’ durante a pandemia, os que retornaram parcialmente às atividades presenciais e os que deixaram o home office). Nota-se, no entanto, que as respostas que indicam a redução de custo têm uma frequência cerca de 21,08% maior entre os trabalhadores que permaneceram no ‘trabalho em casa’ durante a pandemia quando comparado aos resultados dos que saíram do *home office*, sugerindo que a redução de custo pode ser determinante para o *home office*.

**Tabela 6 – Custo da Organização x Saída do *home office***

Rótulos de Linha	O impacto foi no aumento do custo	Não houve impacto	O impacto foi na redução do custo	Total Geral
Sim	14,29%	28,57%	57,14%	100,00%
Parcialmente	15,38%	17,95%	66,67%	100,00%
Não	11,88%	9,90%	78,22%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>12,99%</b>	<b>13,64%</b>	<b>73,38%</b>	<b>100,00%</b>

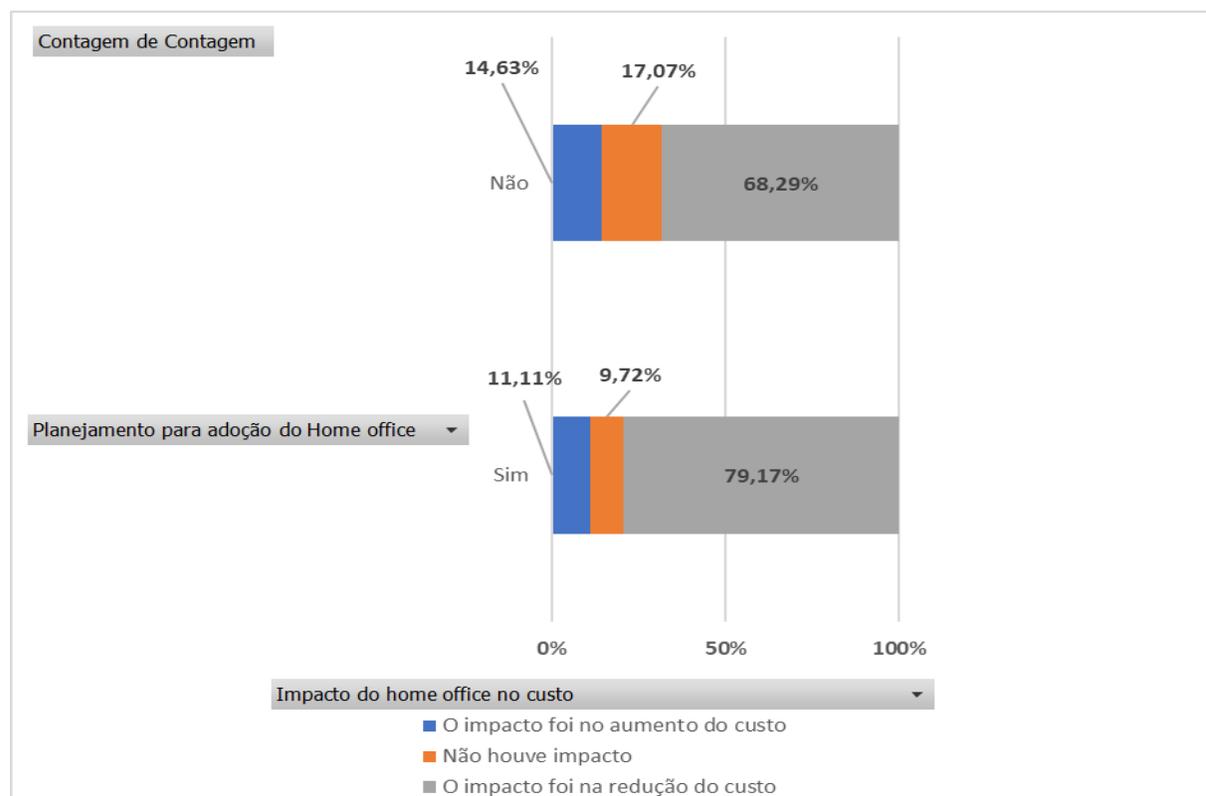


**Figura 24 - Custo x Saída do home office**

Quanto ao planejamento para adoção do *home office* após a pandemia, a redução de custo de produção também é predominante nas respostas dos três grupos. No entanto, foi observado um maior número de relatos que indicam aumento da produtividade da Organização entre entrevistados que afirmaram haver ações de planejamento nas organizações para as quais trabalham para adoção permanente do ‘trabalho em casa’. As tabelas 7 e 8 e a figuras 25 e 26 apresentam os resultados obtidos. Os dados sugerem que, apesar da redução de custos promovida pelo ‘trabalho em casa’, a produtividade da Organização pode ter sido mais determinante para o planejamento do *home office* permanente.

**Tabela 7 - Planejamento da implantação x custo de produção**

Rótulos de Linha	O impacto foi no aumento do custo	Não houve impacto	O impacto foi na redução do custo	Total Geral
Sim	11,11%	9,72%	79,17%	100,00%
Não	14,63%	17,07%	68,29%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>12,99%</b>	<b>13,64%</b>	<b>73,38%</b>	<b>100,00%</b>



**Figura 25 - Planejamento da implantação x custo de produção**

Tabela 8 – Planejamento da implantação x produtividade

Rótulos de Linha	O impacto foi a redução da produtividade	Não houve impacto	O impacto foi o aumento da produtividade	Total Geral
Sim	18,06%	19,44%	62,50%	100,00%
Não	41,46%	18,29%	40,24%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>30,52%</b>	<b>18,83%</b>	<b>50,65%</b>	<b>100,00%</b>

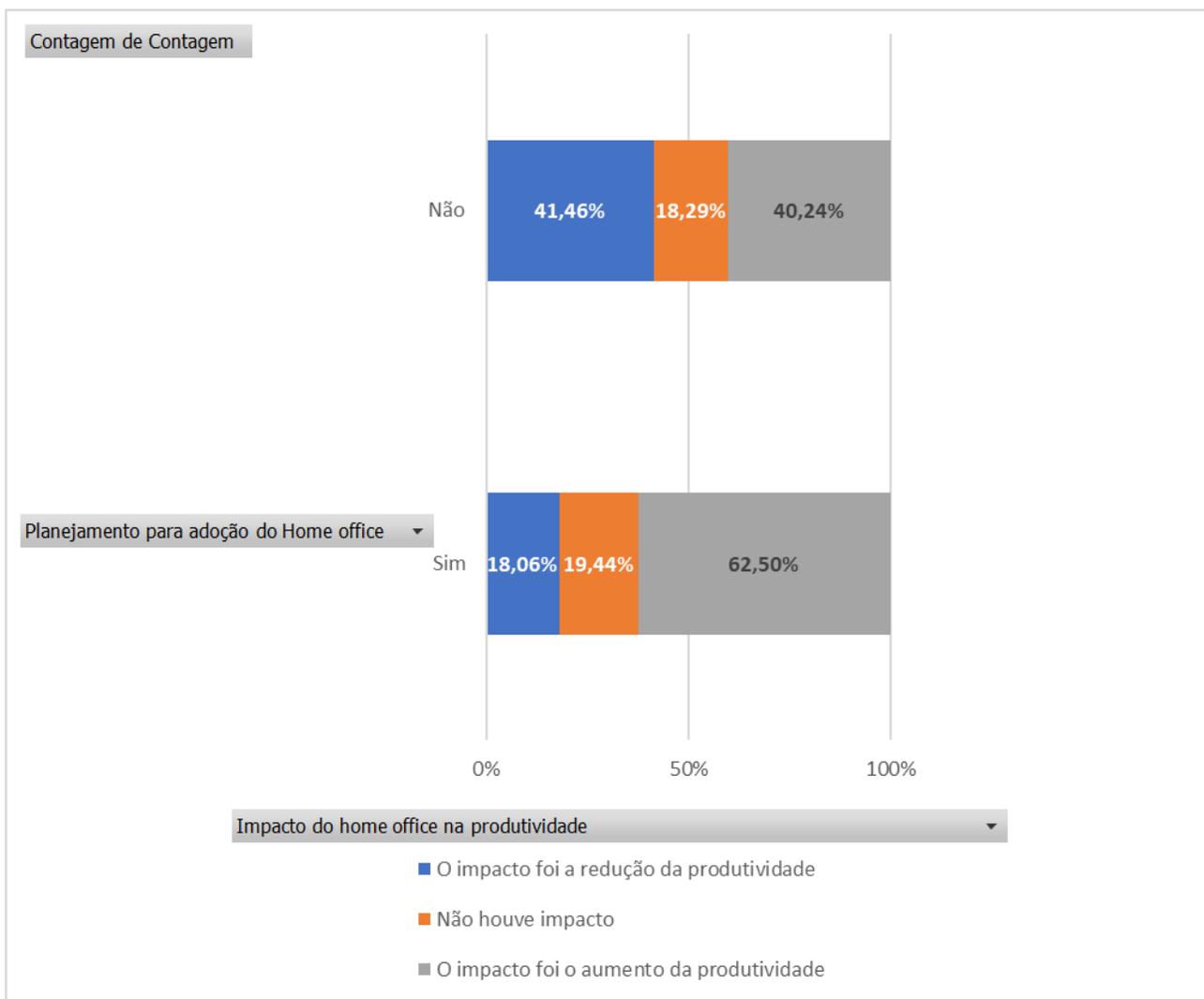
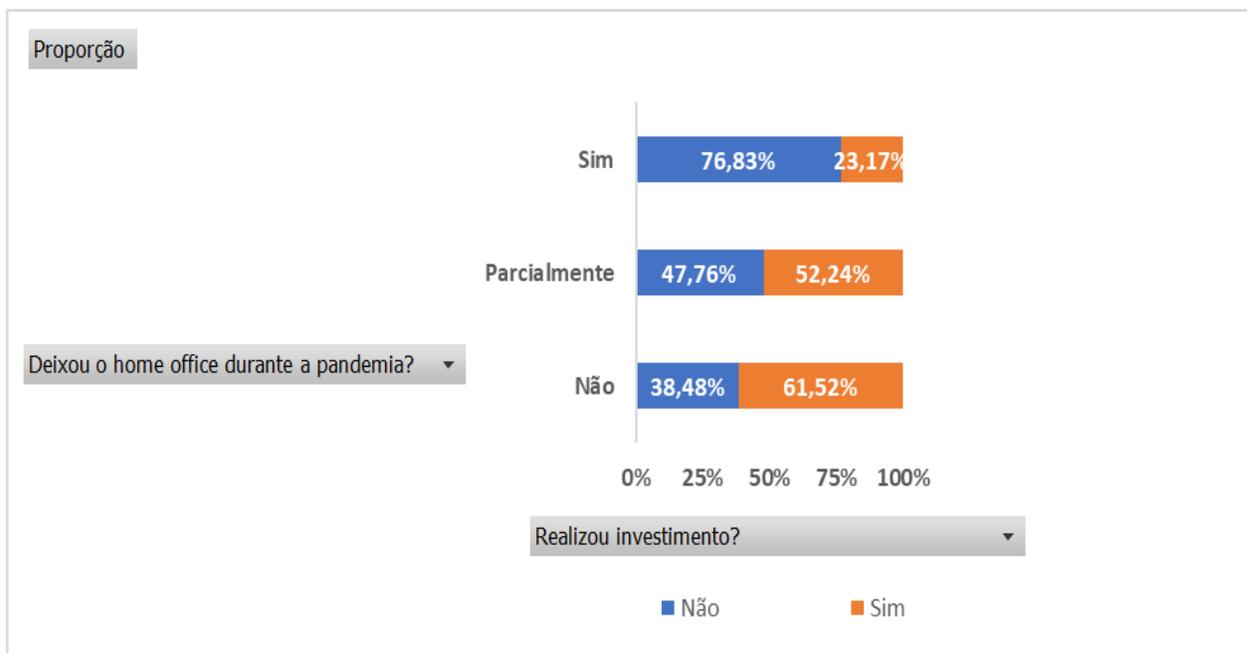


Figura 26 - Planejamento da implantação x produtividade

No que tange à relação investimento realizado pelo trabalhador, nos três grupos (os que permaneceram em ‘trabalho em casa’ durante a pandemia, os que retornaram parcialmente às atividades presenciais e os que deixaram o home office) nota-se que as respostas dos trabalhadores que afirmam ter realizado investimento estão em maior proporção entre os trabalhadores que permaneceram em ‘trabalho em casa’ durante a pandemia (61,52%) e os que retornaram parcialmente às atividades presenciais (52,4%), sugerindo que a capacidade de realizar o investimento pode ter sido um dos fatores determinantes para manutenção do *home office*.

**Tabela 9 – Investimento realizado pelo trabalhador x permanência em *home office***

Proporção Deixou o Home office durante a pandemia?	Realizou investimento?		Total Geral
	Não	Sim	
Não	38,48%	61,52%	100,00%
Parcialmente	47,76%	52,24%	100,00%
Sim	76,83%	23,17%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>43,48%</b>	<b>56,52%</b>	<b>100,00%</b>

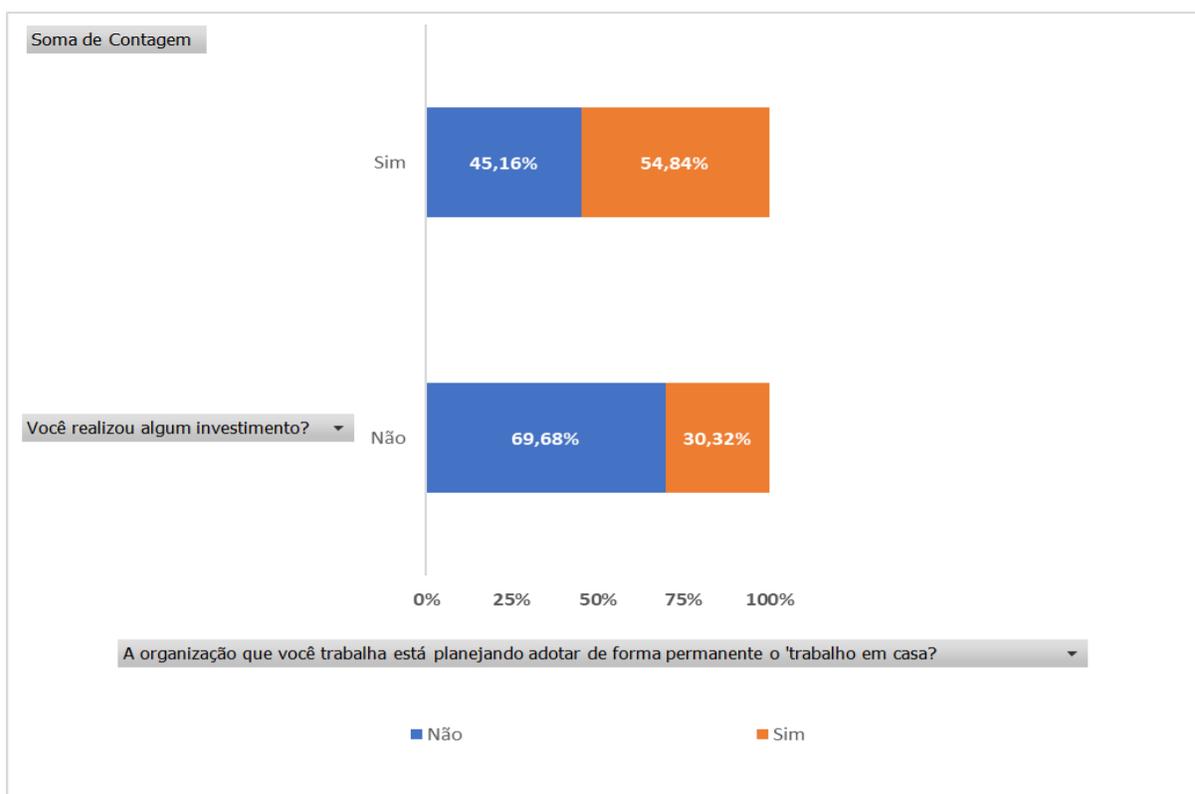


**Figura 27 – Investimento realizado pelo trabalhador x permanência em home office**

Ainda quanto ao investimento realizado pelo trabalhador, as respostas que afirmam ter realizado investimento estão em maior proporção entre as organizações que planejam ações para adoção permanente do 'trabalho em casa' (54,84%).

**Tabela 10 – Investimento realizado pelo trabalhador x planejamento para manutenção *home office***

Soma de Contagem		Planejando adoção do Home office?		
Você realizou algum investimento?		Planejando adoção do Home office?		Total Geral
		Não	Sim	
Não		69,68%	30,32%	100,00%
Sim		45,16%	54,84%	100,00%
<b>Total Geral</b>		<b>55,82%</b>	<b>44,18%</b>	<b>100,00%</b>



**Figura 28 – Investimento realizado pelo trabalhador x planejamento para manutenção *home office***

No que tange aos impactos negativos à qualidade de vida dos trabalhadores, os resultados da pesquisa quantitativa indicam que 62% dos respondentes relatam terem sentido a ausência do contato pessoal com os colegas de trabalho, e 53% dos respondentes concordam que o trabalho remoto aumentou a jornada de trabalho. Cinquenta e seis por cento dos respondentes discordam que tenham mais tempo disponível para o lazer, e 47% têm dificuldades em estabelecer os limites entre o trabalho e o lazer, em consonância com os achados de Godoy *et alii*, 2019 que indicam como principais desvantagens do teletrabalho: o isolamento do trabalhador em *home office*, o risco de aumento do tempo de trabalho e que o tempo excedente não se converta em tempo de lazer.

Quarenta e seis por cento dos entrevistados relatam sentir dores ou desconforto em razão da improvisação do posto de trabalho. Os achados podem ser compatíveis com os achados de Santos *et al.* (2018), que propõem que falta de observância dos requisitos ergonômicos pode acarretar muitos desconfortos e problemas de saúde ao trabalhador, como dores na coluna.

Os aspectos negativos relativos à qualidade de vida encontrados na pesquisa também são compatíveis com as conclusões do estudo publicado em outubro de 2020 pela *Orbit Data Science*, que indica a falta de uma estrutura similar ao do trabalho presencial, a falta de interação social e o aumento da carga de trabalho como as principais causas do aumento da insatisfação com o *home office* em 2020.

A maioria dos trabalhadores não considera que o trabalho em casa interferiu negativamente na rotina da residência (55%), ou se sentem mais estressados do que no trabalho presencial (55%).

#### **4.3– Resultados e análise da pesquisa qualitativa**

Foram entrevistados 17 trabalhadores no período de novembro, e o perfil dessas pessoas é apresentado na Tabela 12. As entrevistas foram realizadas por meio das “salas” do aplicativo Zoom, gravadas e orientadas por um roteiro predeterminado de perguntas. Antes de iniciar a gravação da entrevista, o referido roteiro era apresentado ao respondente para esclarecimentos semânticos sobre o objetivo das perguntas. Iniciada a gravação, alguns entrevistados responderam mais de uma pergunta na mesma resposta, ou construíram seu discurso independentemente de questionamentos. O tempo médio de duração das entrevistas foi cerca de 30 minutos.

Os respondentes foram selecionados entre os voluntários da pesquisa qualitativa e separados em quatro grupos. A divisão em grupos considerou o referencial teórico e aspectos dos dados coletados na pesquisa quantitativa, uma vez que indicavam uma certa homogeneidade nas respostas registradas.

As características dos grupos, bem como a designação recebida para anonimização, são apresentadas na Tabela 11. As escolhas dos respondentes para as entrevistas qualitativas foram determinadas pelos critérios de acessibilidade do pesquisador ao respondente, disponibilidade do entrevistado, pertencimento aos grupos de interesse e diferenciação da resposta na fase quantitativa que tenha despertado o interesse do pesquisador.

**Tabela 11 - Designação dos grupos de trabalhadores**

Características dos trabalhadores	Designação do grupo
Os que afirmaram ter perdido o trabalho em razão da pandemia	TSR
Os que trabalham no mercado informal <sup>14</sup>	TMI
Os que trabalham no mercado formal e mantêm-se em <i>home office</i> <sup>15</sup>	TMHO
Os que trabalham no mercado formal e tiveram que retornar às atividades presenciais por determinação da empresa	TNMHO

As categorias de análise foram definidas *a priori* em razão do referencial teórico pesquisado e das respostas obtidas na fase quantitativa: influência quanto ao aumento/redução da produtividade e do custo como determinante para realização do *home office*; relatos sobre a influência quanto à própria capacidade de consumo como pré-requisito para realização do *home office*; e dos impactos negativos à qualidade de vida dos trabalhadores em *home office*.

<sup>14</sup> Os trabalhadores informais que participaram desta pesquisa diferenciam-se dos trabalhadores informais típicos pela capacidade de produzir ou prestar o serviço a partir de sua própria residência com o auxílio dos recursos de TIC.

<sup>15</sup> Apesar de, até a conclusão da dissertação, não estar definido o término da pandemia, foram considerados como pertencentes a esse grupo respondentes que não tinham perspectiva de retorno ao trabalho presencial até novembro de 2020.

Tabela 12 - Trabalhadores entrevistados

Entrevistado	Grupo a que pertence	Caraterização
T1	TSR	Gênero feminino, idade 52 anos, Gerente de vendas e Designer de interiores
T2	TMHO	Gênero feminino, idade 51 anos, Educadora
T3	TMHO	Gênero masculino, idade 62 anos, Médico do trabalho
T4	TMHO	Gênero masculino, idade 40 anos, Engenheiro de Segurança
T5	TMHO	Gênero masculino, idade 52 anos, Fiscal da Receita Federal
T6	TMHO	Gênero masculino, idade 51 anos, Op. de sistema elétrico
T7	TNMHO	Gênero masculino, idade 51 anos, Diretor de fábricas
T8	TMI	Gênero feminino, idade 46 anos, Doceira
T9	TNMHO	Gênero feminino, idade 49 anos, Médica
T10	TMHO	Gênero masculino, idade 38 anos, Analista de Sistemas
T11	TMHO	Gênero feminino, idade 50 anos, Professora da rede pública
T12	TMHO	Gênero feminino, idade 35 anos, Contadora
T13	TNMHO	Gênero masculino, idade 37 anos, Diretor Financeiro
T14	TSR	Gênero feminino, idade 39 anos, Administrativo
T15	TSR	Gênero masculino, idade 52 anos, Controller
T16	TMI	Gênero masculino, idade 46 anos, professor particular
T17	TMI	Gênero feminino, idade 46 anos, Dançarina

#### 4.2.1 - Influência do aumento de produtividade e redução de custo como determinante para realização do *home office*

##### 4.2.1.1 – Relato de trabalhadores demitidos durante a pandemia - TSR

Todos os entrevistados demitidos durante o *home office* associam sua demissão à redução da produtividade ou à redução de custos decorrentes a imposição do *home office*.

T1 - No nosso caso, ficar em *home Office* não beneficiou, não gerou lucro para a empresa, muito pelo contrário, o presencial é melhor para as vendas. O *home office* acabou diminuindo o lucro, fazendo assim com que ocorressem as dispensas de funcionários de onde eu trabalhava. Não vi benefícios, a loja não teve.

Com o *home office*, teve prejuízos... Assim que foi liberada a atividade presencial, o dono resolveu voltar, e o tempo em que ele esteve em casa foi suficiente para que tirasse alguns funcionários. Tendo duas lojas no mesmo ramo, ele juntou os funcionários das duas e reduziu os custos.

Eles continuaram (em *home office*) por mais um mês, mais ou menos.... O dono pegou uma funcionária de outra franquia que tinha mais tempo e colocou no meu lugar para cuidar das duas lojas, depois eles votaram pro presencial

T14 - Para entrar no *home office* foi um esforço de todo mundo: “esqueça a atividade que desempenhava antes no presencial e ajude a carregar o piano...”

No dia em que a dona do curso percebeu que quem estava no comercial poderia acumular as tarefas administrativas, fui dispensada.

T15 - A perspectiva de ganho da empresa caiu com a pandemia. Aconteceu comigo o que era racional. Era preciso reduzir o *budget*, a regra é cortar custo sem gerar custo... minha contratação era como PJ<sup>16</sup>... O *home office* permitia que, bem ou mal, minhas tarefas fossem feitas por outros trabalhadores de menor custo... Por que não? Se houver uma demanda específica pra mim eles me acionam.

Conforme apontado no referencial teórico, o *home office* como um arranjo laboral forjado no modo de produção capitalista caracteriza-se principalmente pela interação social, que tem como elementos centrais: trabalho humano, propriedade privada dos meios de produção e incremento tecnológico. Os relatos desse grupo vão ao encontro das afirmações de Ferreira (2020), que vê nessa forma de organização do trabalho uma orientação prioritariamente centrada na geração de lucro para a organização. Segundo Antunes (2020), o capital não sobrevive sem o trabalho humano, mas como sempre está em busca de manter ou aumentar seu lucro, em geral, ameaças à receita são resolvidas pela redução dos custos da produção. Uma das formas é por meio da redução dos gastos com mão de obra. Nos últimos anos, segundo o autor, a tecnologia informacional tem sido uma aliada nesse sentido.

---

<sup>16</sup> PJ – Pessoa Jurídica

#### 4.2.1.2 – Relato de trabalhadores que trabalham no mercado formal e mantêm-se em *home office* – TMHO e dos que tiveram que retornar às atividades presenciais por determinação da organização – TNMHO

De maneira geral, empregados do mercado formal que se mantiveram em *home office* registram um aumento da produtividade/redução do custo decorrente dessa forma de arranjo laboral.

T2 - Não ocorreu o aumento no quadro de professores, ainda somos 3 educadores. Com a redução de alunos em sala ocorreu um aumento de horas de trabalho, tanto dos professores presenciais, como do meu em home office, pois com as medidas de prevenção o número de turmas dobrou de quantidade e, com isso, tivemos que ceder os tempos disponíveis para realização de trabalhos como: preenchimento de fichas, entrevistas, entre outros. Também como alunos dos outros professores optaram por não voltar, tive que dar mais aulas também...

Conforme apontam Pereira *et alii* (2013); Godoy *et alii*, (2019) e Oliveira (2018), o controle das atividades desenvolvidas por resultados entregues sujeita o empregado a uma intensificação da jornada de trabalho, reconfigurando mecanismos de controle em razão da produtividade e, por vezes, incorporando o tempo de deslocamento para o trabalho à jornada laboral. As atividades podem ser iniciadas mais cedo ou encerradas mais tarde a fim de atender às demandas oriundas da sobrecarga de tarefas.

T4 - O home office mudou um pouco o horário de trabalho, né? No presencial trabalhamos os expedientes, no home office ouvi relatos de pessoas que viram a noite trabalhando para entregar o trabalho, então: que melhora na qualidade de vida? A empresa só cortou gastos.

T5 - Mesmo antes da pandemia, à carga de trabalho do home office ocioso foi acrescentada 15% a mais nas metas, o que seria relativo ao valor do transporte casa-trabalho. Durante a pandemia, esse valor foi deixado de lado.

T6 - O home office que é feito na minha empresa é para reduzir custos, porque a empresa ficou praticamente vazia de pessoas que trabalhavam presencialmente, mas a produtividade talvez tenha aumentado em razão dessa alteração do meu horário de trabalho, antes, se não desse para eu fazer, deixava pro dia seguinte, hoje estendo até conseguir.

Entre as entrevistas, destaca-se a resposta dada pelo entrevistado T7, diretor de uma organização fabril e professor, que, quando questionado sobre a reorganização do trabalho, tendo em vista a experiência do *home office*, respondeu:

T7 - Eu procuro falar para os meus alunos para que eles não tenham essa ilusão, as organizações vão acertar as estruturas... E isso toda organização vai fazer, por duas distintas perspectivas: começa a se perceber que as estruturas de todas as organizações tinham mais gente que o necessário, isso é uma discussão que está se fazendo no meio empresarial de forma muito direta. Todas as organizações parecem ter mais gente do que precisam, então a primeira coisa é revisitar esses quadros, para ter a oportunidade de acessar esses processos, o segundo ponto é que, de fato, não há necessidade de voltar exatamente aquele velho esquema de ter todas as pessoas na organização no mesmo dia...

O respondente atribui ao momento de *home office* uma oportunidade de implementar “ajustes” para adequação do custo com a mão de obra. Segundo Antunes (2020), a pandemia seria um momento para que o capital experimente novas formas de organização para o trabalho e como extrair delas seu principal objeto: o aumento da mais-valia<sup>17</sup>.

T3 - Isso é otimização, né? otimização nada mais era do que produzir mais por um custo menor, e aí a gente mudou para palavra informatização porque a gente continua querendo produzir mais por menor custo e agora com uma cadeia de possibilidades que são os sistemas dos programas de computador, entre eles os que possibilitam o *home office*. Então, por exemplo, eu antes tinha que fazer uma anamnese. Eu tinha que escrever tudo que o cara falava para mim que tinha. quando começou, o que foi ...era tudo por escrito uma ficha em papel tem muito espaço em branco para eu escrever tudo... Hoje a anamnese é um questionário cheio de perguntas, ou seja, esquemas para determinar agilidade no trabalho, antes o exame era feito de 30 minutos hoje é realizado em 10 minutos.

A resposta de T3 registra uma compreensão de informatização consonante com o proposto por Pinto (2005). O autor concebe como uma das dimensões da tecnologia a de servir como “instrumento de dominação”, ditando as regras da produção para os “usuários”.

---

<sup>17</sup> Segundo MARX, a mais-valia resulta na diferença entre o valor final da mercadoria/serviço produzido e a soma do valor relativo aos meios de produção e do trabalho.

#### 4.2.1.3 – Relato de trabalhadores que trabalham no mercado informal

O trabalho em casa, quando já não era adotado mesmo antes da pandemia, segundo a perspectiva relatada pelos trabalhadores informais, configura em uma oportunidade de redução de custo e de ajuste da vida pessoal do trabalhador:

T8 - Dentro de casa, eu tenho contato com a família, sempre com meu marido e meu filho, fazendo meu horário...Eu tenho uma infraestrutura que posso fazer a preparação aqui em casa, saindo eventualmente, ... e os gastos para desenvolver o trabalho em uma loja também serão bem maiores, pois têm os funcionários, aluguel, ... né? Um gasto bem maior! Eu prefiro assim.

T16 - É muito menor o custo de trabalhar em casa. Eu só daria aulas dessa forma...Evito o deslocamento e tenho mais tempo pra dar atenção aos meus filhos.

T17 - Eu dou aula de dança por amor ao que eu faço, mas a coisa que mais me chateia é chegar ao estúdio e só ter um ou dois alunos. Pago aluguel, me arrumo, saio da minha casa, perco horas atravessando a cidade pra dar aula pra um ou dois? Em casa cuido dos meus gatos, das minhas plantas e faço o que eu gosto sem me preocupar com nada.

Os achados desse recorte confirmam a tendência apontada por Antunes (2020). O autor vê no futuro pós-pandêmico uma possibilidade de adoção do 'trabalho em casa' para todas as atividades laborais possíveis, uma vez que maximizam o lucro. No entanto, segundo o autor, o isolamento e a fragmentação social alienam quanto às reais condições de trabalho e promovem o fim da separação entre “tempo de trabalho e tempo de vida”.

Segundo Antunes (2018), o movimento pela redução dos direitos trabalhistas intensificou os números de uma classe trabalhadora mais heterogênea, complexa e fragmentada, o que, segundo o autor, direciona no sentido de uma sociedade do trabalho intermitente.

#### 4.2.2 - Relato sobre a influência quanto à própria capacidade de consumo como determinante para realização do *home office*

Depreende-se dos relatos colhidos entre uma parcela significativa dos grupos TMI, TMHO e TNMHO a influência de sua capacidade de consumo como fator determinante de habilitação ao *home office*. Alguns entrevistados demonstram em suas respostas consciência quanto a pertencer a um grupo “privilegiado” com acesso aos meios que permitem participar dessa modalidade de organização laboral.

T4 - A grande maioria da população não pode fazer o home office, não porque não se preocupam com a saúde, não reconheça a pandemia, mas quando começam a reabrir os estabelecimentos, vão voltando ao trabalho... Para mim o home office é para um grupo privilegiado. Há uma grande parcela da população que não pode estar onde estou, não por não querer, mas sim por não poder, vai morrer pelo o Covid ou de fome? As pessoas estão saindo e tem que manter a vida... condições necessárias ... o prato de cada dia na mesa.”

Para Marx (2005), as determinações que caracterizam “o grupo privilegiado” são resultantes dissimuladas das relações burguesas, que têm como objetivo manter os diferentes níveis de acesso ao consumo.

Na entrevista, a respondente T2 relata que, apesar de possuir os equipamentos necessários e acesso à internet, o empregador “teve que emprestar” um computador, naturalizando as adaptações e investimentos realizados para tornar o *home office* possível.

T2 - No início foi tudo muito difícil, aqui em casa somos 4, meus filhos, com aula on-line; meu marido trabalhando em *home office*; também tínhamos 3 aparelhos para 4 pessoas, então ficava um pouco difícil. Meus filhos assistiram à aula pelo celular para eu ficar com o computador, para que eu pudesse atender aos alunos. A internet não comportava, volta e meia caia... Assim a diretora do curso, observando isso que eu relatava, me emprestou um aparelho notebook do curso, e nós aqui de casa aumentamos a velocidade da internet, agora mais para setembro ficou mais folgado, mas passei boa parte da pandemia no sufoco. Tive também que achar um espaço em casa para dar as minhas aulas, improvisei o quarto do meu filho para ser um local de trabalho, mas foi melhorando.

A respondente T8 atua informalmente na organização de eventos, produção de doces e salgados. A empreendedora individual, que atua no mercado informal, afirmou ter usado recursos do cônjuge para iniciar o seu negócio em casa.

T8 - Meu marido é Coronel aposentado da PM. Quando eu decidi que queria trabalhar, montamos um planejamento para equipar a cozinha da nossa casa e, aos poucos, fomos comprando o que era necessário. Não dá pra você assumir um evento ou uma encomenda se você não tiver condições, né? Você tem que ter grana pra começar e, quando recebe o dinheiro dos primeiros trabalhos, tem que reinvestir tudo. Meu marido costuma dizer que é preciso investir no mínimo R\$ 2,00 pra ganhar R\$ 1,00.

A “propriedade privada” é uma das determinações criadas pelo modo de produção capitalista, que pressupõe a “não propriedade” como condição de existência Marx (2005). Segundo o autor, o tipo de vínculo laboral, a capacidade de arcar com as despesas de manutenção do *home office* e os arranjos familiares são igualmente importantes para viabilização do ‘trabalho em casa’.

T3- ... nós temos duas realidades, as pessoas que estão sofrendo muito com isso, as pessoas que estão adorando isso e a gente que faz o monitoramento. A gente vê muito isso...a pessoa consegue hoje, com a tecnologia que tem, de casa ter acesso a programas de trabalho a serviços e consegue ter uma resolutividade igual a que teria no local de trabalho. Obviamente que, dependendo de com quem ele mora e onde ele trabalha, ele está num local com a família e é um “apertamento”, não um apartamento. Ele vai ficar complicado, porque criança perturba cachorro, perturba. Ele tem a reunião, e o cachorro late.

T5 - Acho que 100%, meu chefe está em outra cidade, estou em lotação em uma determinada unidade, exercício em uma equipe em outra jurisdição e localização física em uma subunidade em um terceiro município. Meu gasto é irrisório com a internet, energia, utilizamos o Microsoft *Teams*, não vejo perda do meu trabalho em casa.

A possibilidade de consumo se concretiza na viabilidade de investir, em particular na escolarização e na constituição dos vínculos de trabalho. Os relatos vão ao encontro das proposições que vêm na organização do trabalho do modo de produção capitalista um “privilégio”, que determina e é determinado pela estratificação social, formado e formando “castas” de trabalhadores (MARX, 2005; ANTUNES, 2020).

Nos relatos de T13 e T16, os respondentes apontam o acúmulo do capital educacional resultante do investimento em consumo como diferencial, habilitador para a realização do ‘trabalho em casa’.

T13 - Meu perfil educacional, ao qual minha empresa se adequa, foi determinante para manutenção do *home office*. Um pedreiro, pintor, etc., não conseguiria realizar tal trabalho. Obviamente o investimento que fiz na minha educação influenciou na viabilização do *home office*.

T16 - Sou professor aposentado de redação do colégio Pedro II. Quando me aposentei, comecei a trabalhar como professor particular. Foram muitos anos estudando as provas de concurso. Só pude fazer isso porque tenho meu sustento garantido pelos proventos da aposentadoria...Isso e minha experiência preparando alunos há 30 anos me habilita a dar aula, mesmo à distância.

Ressalta-se também na resposta de T13 características da concepção de Gonzatto (2019) de “usuário” legitimadores da tecnologia disponível para o consumo privado e restrito a determinados segmentos sociais.

T13 -... além disso estou acostumado ao mercado on-line de compras de equipamentos, de produtos de consumo meu próprio, então não me assusta fazer esse tipo de transição, diferente de alguns tipos de pessoas que não conseguiriam fazer esse tipo de migração.

Segundo os relatos, o ‘trabalho em casa’, como qualquer sistema de produção capitalista, é um arranjo laboral que atende a um conjunto de determinações essenciais à manutenção das relações sociais necessárias determinadas pelo consumo. Conforme previsto por Marx (2005), produção e consumo consistem em identidades dialéticas na medida em que um não se efetiva sem o outro, e criam a própria necessidade de existência do outro, determinando até a própria forma de ser do outro.

#### **4.2.3 – Impactos negativos à qualidade de vida dos trabalhadores em função do *home office***

Mesmo sendo mais comum entre os entrevistados com filhos em idade escolar, é comum entre os respondentes dos grupos TMHO e TNMHO o relato de impactos negativos na qualidade de vida.

T2 - ... Interferiu muito, porque, quando você trabalha em home office, tem todo o material em casa... Acaba tomando o tempo da família, tomando tempo que você tem para você mesma, pois você se vê obrigada a trabalhar gerando uma exaustão...acordo cedo, começo a trabalhar e não dá pra ter um horário certo de almoço, só quando dá...O término do trabalho também é quanto dá, e quando acaba emenda com o trabalho de casa, fica cansativo pois se emenda um trabalho em outro.

Conforme sugerido por Almeida (2020), em especial para as mulheres, a transformação do espaço doméstico com o *home office* leva ao máximo a exigência de produtividade todos os dias da semana, sem limite de horário e demandas.

T3 - É uma época em que as doenças do comportamento e dos sentimentos estão muito em voga e muita gente sofre de solidão, e nós estamos vivendo um momento de trabalho solitário. O trabalho informatizado é solitário... você com a máquina, e acabou. E muita gente está sofrendo de solidão neste momento. Então, quando você pega essa pessoa que já tem um caráter deprimido, depressivo, com dificuldades de relacionamento, um pouco de falta de sociedade, e joga, dentro de casa... Se ele tiver um problema familiar, ou se ele morar sozinho, ele vai ter dois problemas.

A resposta de T3 está em consonância com os achados de Oliveira (2018). Para a autora, o isolamento do grupo de trabalho pode ser motivo de sofrimento.

T6 - “minha estrutura (em home office) não é compatível com o trabalho de 8 horas por dia... Tive dor na lombar e voltei a tomar remédio para tentar controlar... Isso altera o humor, e com humor alterado vem as brigas... já tive que pedir desculpas diversa vezes à minha esposa...”

Segundo Santos *et al.* (2018), a falta de observância dos requisitos ergonômicos, por exemplo, a má utilização dos equipamentos que compõem o posto de ‘trabalho em casa’, pode acarretar muitos desconfortos e problemas de saúde ao trabalhador, como dores na coluna, que aparecem devido à má postura por algum tipo de curvatura errada da articulação e sua compensação; inflamações dos músculos do ombro, que acontecem por que os cotovelos ficam sem apoio ao utilizar-se o teclado, etc.

## 5. CONCLUSÃO

Foi objetivo desta dissertação: analisar dados sobre experiências de trabalho em casa vivenciadas durante o isolamento provocado pela pandemia de COVID-19, com o propósito de identificar elementos estruturais da ressignificação do ‘trabalho’, mais especificamente na condição de contexto do fenômeno ‘trabalho em casa’. Com essa finalidade, o problema de pesquisa foi formulado, buscando identificar durante o isolamento provocado pela pandemia qual a influência dos elementos estruturais da dialética produção/consumo que, na visão do trabalhador, puderam servir como determinação do fenômeno ‘trabalho em casa’. Para efeito desta pesquisa, compreende-se que as determinações para manutenção do *home office* não se estabelecem em contraposição ao trabalho presencial, mas a negação existencial do próprio fenômeno analisado, ou seja, se os pressupostos que lhe servem de determinação não existissem o *home office* não seria adotado.

O referencial teórico que fundamenta este trabalho parte de uma breve análise histórica da aplicação de novas tecnologias durante as Revoluções Industriais e apresenta a dialética consumo/produção proposta por Marx (2005) em “Para a Crítica da Economia Política”. Foram apresentados os argumentos desse autor na compreensão da identidade existente entre a produção e o consumo. Também foi realizada uma análise do fenômeno ‘trabalho em casa’, buscando compreender de que forma a organização do trabalho instrumentalizada em uma concepção de produção capitalista guarda suas características dialéticas.

A partir dos fundamentos teóricos, construiu-se a metodologia para buscar identificar em que medida os trabalhadores percebem que ‘o trabalho em casa’, durante o isolamento provocado pela pandemia, estaria determinado pelo potencial de produção e consumo. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, utilizando a ferramenta *Google forms*, distribuída aos contatos pessoais diretos do pesquisador, solicitando ao respondente, se possível, a replicação para sua base de contatos.

A pesquisa quantitativa realizada revelou um perfil predominante entre os respondentes que realizaram *home office*: sexo feminino, idade entre 36 e 55 anos, nível superior e formações variadas, sendo as mais frequentes Psicologia, Engenharia e Administração. A maioria dos respondentes atua no mercado formal, em relações regidas pela Consolidação das Lei do Trabalho (CLT).

Segundo dados da pesquisa quantitativa, no que diz respeito à tecnologia, 91% dos respondentes têm acesso à internet banda larga, 91% possuem smartphone e 73%, notebook. A maioria desses respondentes residem com até duas pessoas, não tem filho em idade escolar e o tempo de gasto durante o deslocamento no percurso de ida e volta de suas residências para o trabalho é inferior a 1 hora. Predominam entre os respondentes um nível escolar acima do superior (54%) e a atuação no mercado formal, em relações regidas pela Consolidação das Lei do Trabalho (CLT). Os dados deste recorte não são característicos do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela baixa escolaridade e informalidade. Ressalta-se que o recorte da pesquisa esteve restrito à condição possível para coleta dos dados, tendo em vista que os respondentes da pesquisa são contatos diretos ou indiretos do pesquisador e que as entrevistas não foram realizadas presencialmente, mas através do aplicativo Zoom.

Quanto à influência da produção como determinante do fenômeno ‘trabalho em casa’, são maioria os relatos de aumento da produtividade (58,42%) e redução do custo (78,22%) nas Organizações que mantiveram o *home office* durante a pandemia. As respostas que indicam aumento da produtividade (62,50%) e redução e dos custos (79,17%) também foram predominantes entre os respondentes que trabalham em Organizações que planejam a adoção permanente do ‘trabalho em casa’.

No relato de 53% dos respondentes, o trabalho remoto aumentou a jornada de trabalho apesar da redução do tempo gasto no deslocamento de ida e volta da casa para o trabalho, sendo que, para 56% dos respondentes, essa disponibilidade de tempo não foi revertida em lazer. O ganho de tempo proveniente da redução de deslocamento entre casa-trabalho, em geral, é incorporado à jornada de trabalho.

O investimento direto realizado pelo trabalhador para manutenção do ‘trabalho em casa’ é, segundo os dados da pesquisa, discretamente maior entre os que mantiveram a modalidade durante a pandemia. Na fase qualitativa da pesquisa, uma quantidade significativa dos entrevistados relata a influência de sua capacidade de consumo como fator determinante de habilitação ao *home office*. Alguns entrevistados demonstram em suas respostas consciência quanto a pertencer a um grupo “privilegiado”, com acesso aos meios que permitem participar dessa modalidade de organização laboral, denotando a relevância da participação do capital acumulado pelo trabalhador na determinação do fenômeno analisado.

Percebe-se, no entanto, que algumas conclusões obtidas na pesquisa quantitativa são inerentes a participação ou não no mercado de trabalho, do segmento da economia no qual o trabalhador estava inserido, do tipo de vínculo contratual e da possibilidade de realizar a atividade executada presencialmente na condição de *home office*. Por exemplo, a percepção sobre o ‘trabalho em casa’ de trabalhadores que realizam atividades tipicamente de escritório com vínculo celetista ou estatutário é possivelmente diferente de respondentes que atuam no mercado informal, ou de trabalhadores que estão sem trabalho. A pesquisa qualitativa teve como objetivo colher essas diferentes visões.

O *corpus* produzido permite observar que, conforme proposto por Marx (2005), os mecanismos da dialética produção/consumo reproduzem seus efeitos na determinação da organização do trabalho, mesmo em um fenômeno que, em tese, nasce com o objetivo de devolver ao trabalhador o “tempo roubado” pela locomoção casa trabalho, que também é um efeito do referido modo de produção. De uma forma geral, os respondentes vêm a associação entre a produtividade e o custo como fatores de determinação do ‘trabalho em casa’.

Todos os entrevistados demitidos durante o *home office* associam sua demissão à redução da produtividade ou à redução de custos da Organização decorrentes a imposição do *home office*. De maneira geral, os trabalhadores empregados que mantiveram o *home office* o associam a um aumento da produtividade/redução do custo no trabalho em *home office*. Esse aumento da produtividade é decorrente da intensificação do trabalho, reconfigurando os mecanismos de controle para uma maior cobrança por resultado e, na maioria das vezes, pela incorporação à jornada laboral do tempo de deslocamento casa - trabalho. As atividades podem ser iniciadas mais cedo ou encerradas mais tarde, a fim de atender às demandas oriundas da sobrecarga de tarefas.

A possibilidade de consumo que se concretiza na capacidade de investimento, em particular na escolarização, e na constituição dos vínculos de trabalho vão ao encontro das proposições que vêm na organização do trabalho do modo de produção capitalista um “privilégio”, que determina e é determinado pela estratificação social. Também foi relatado por entrevistados a percepção quanto ao aumento da jornada e a inadequabilidade das condições ergonômicas, gerando desconforto físico, mental e social.

Uma particularidade do ‘trabalho em casa’ foi relatada pelos trabalhadores informais, que vêm nessa forma de organização laboral uma oportunidade de redução de custo e de ajuste da vida pessoal do trabalhador. Os achados confirmam a tendência apontada por Antunes (2020), que percebe no futuro pós-pandêmico uma possibilidade de adoção ampla por todas as atividades para as quais a implantação do ‘trabalho em casa’ for possível. No entanto, segundo o autor, o isolamento e a fragmentação social alienam quanto às reais condições de trabalho e promovem o fim da separação entre “tempo de trabalho e tempo de vida”. Segundo Antunes (2018), o movimento pela redução dos direitos trabalhistas intensificou a formação de uma classe trabalhadora mais heterogênea, complexa e fragmentada, o que, segundo o autor, direciona no sentido de uma sociedade do trabalho intermitente.

Segundo os dados da pesquisa, o ‘trabalho em casa’ vivenciado durante o isolamento provocado pela pandemia de COVID-19 configura-se utilizando elementos também presentes em outras formas de arranjo laboral que compõem o modo de produção capitalista: a de ser um meio de produção determinante da produção.

O isolamento, necessidade imposta como medida de controle para o controle da propagação do vírus, permitiu a uma parcela dos trabalhadores adotar o *home office*, desde que atendidos os elementos estruturais básico da dialética produção/consumo: a manutenção/aumento da produtividade da organização, a manutenção/redução do custo de produção, o padrão de consumo (em particular os relativos ao acesso a escolarização e constituição dos vínculos de trabalho) e a adaptabilidade da atividade à execução do *home office*.

Também se depreende do *corpus* da pesquisa que, mesmo em condições nas quais os pressupostos básicos da dialética produção/consumo estejam atendidos, existem outros fatores objetivos e subjetivos derivados da referida dialética inerentes ao segmento - tipo de vínculo de trabalho, percepção sobre o mercado, seletividade em relação ao comportamento do trabalhador - que influenciam diretamente na adoção do ‘trabalho em casa’ como modalidade laboral. Por exemplo: em atividades similares executadas para a mesma Organização, há diferentes respostas na adesão ao *home office* em função da avaliação que o empregador tem quanto ao trabalho executado pelo empregado; ou em atividades similares, para as quais percebe-se uma maior facilidade de adesão quando o vínculo de trabalho garante uma relativa estabilidade ao trabalhador

(atividades ligadas diretamente ao Estado adotaram mais facilmente o ‘trabalho em casa’ do que as ligadas à iniciativa privada).

Mesmo as Organizações que adotaram o ‘trabalho em casa’ buscam evitar as poucas regulações da legislação trabalhista. É provável que essa modalidade laboral se transmute em “*home office parcial*”, ou seja, embora a maior carga de trabalho seja realizada na casa do trabalhador, os contratos estabeleceriam uma carga horária a ser cumprida nas instalações da Organização, permitindo uma diluição significativa dos gastos com *facilities*, dessa com os empregados e uma otimização do custo da mão de obra. Também se apresenta como fator determinante de adoção da nova modalidade o aumento ou, no mínimo, a manutenção da produtividade da organização.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, que indicam uma maior relevância da produtividade e da redução do custo do trabalho como determinante do fenômeno ‘trabalho em casa’, sugere-se que seja buscado confrontar esse entendimento com o do contratante do trabalho, bem como que sejam realizadas pesquisas que comparem setores da economia, para melhor identificar a diferença entre estes e de que forma estes segmentos têm buscado investir na produção interna de tecnologia aplicada ao *home office*. Além disso, recomenda-se pesquisas empíricas que busquem identificar de que forma o trabalhador está se organizando para ter atendida sua necessidade de representatividade no sentido de estabelecer negociações coletivas, buscando mitigar os efeitos da degradação do trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, R. G.; DA SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2544>>. Acesso em: 26 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.21529/RECADM.2019001>.

ANTUNES, R. Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho; São Paulo: Boitempo, 2009.

BAZZOTTI & GARCIA. A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para tomada de decisões. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 6, n. 11 ,2006. Disponível em < <http://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/368>> Acesso em: 06/06/2020

BRASIL. LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018  
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).  
Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)>  
Acesso em: 01/06/2020

BRASIL. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017  
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.  
Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13467-13-julho-2017-785204-publicacaooriginal-153369-pl.html>> Acesso em: 01/06/2020

BRASIL. Norma Regulamentadora Nº 17 - Ergonomia. Disponível em:  
<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR17.pdf>. Acesso em: 01/06/2020

CAMARGO, J. M.; RAMOS, C. A. A revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CASTELLS, M. *Informationalism, networks, and the network society: a theoretical blueprint* Northampton, MA: Edward Elgar, 2004. Disponível em:

<https://annenberg.usc.edu/sites/default/files/2015/04/28/Informationalism%2C%20Networks%20and%20the%20Network%20Society.pdf> (1999)

Acesso em: 08/05/2020

CGI - COMITÊ GESTOR DA INTERNETNO BRASIL. TIC Domicílios 2018 Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros. 2018. Disponível em: < [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic\\_dom\\_2018\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf) >

Acesso em: 13/05/2020

DA COSTA, Ilton Garcia; ALVES, Marcos; RAUSIS, Diogo. O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA CONJUNTURA DESENVOLVEMENTISTA GLOBAL: REFLEXÃO NUMA PERSPECTIVA BRASILEIRA.. **Administração de Empresas em Revista**, [S.l.], v. 2, n. 16, p. 182 - 193, abr. 2020. ISSN 2316-7548.

Disponível em:

<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/4072/371372382>>.

Acesso em: 26 set. 2020.

DELEUZE & GUATARRI. O que é a filosofia? São Paulo: Editora 34, 2013.

DENZIN, N. LINCOLN, Y. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.

Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16542/o-metodo-de-pesquisa-survey/i/pt-br>>

Acesso em: 16/05/2020

FRANÇA, A. M. *Qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, J. M. C. Novas tecnologias e organização do trabalho. *Organ. Soc.*, Salvador , v. 7, n. 19, p. 91-108, Dec. 2000.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302000000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000300007&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 24/10/2020.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social, Ideias e letras*. São Paulo: 2014.

GODOY *et alii*. Consequências do teletrabalho no Brasil à luz da reforma trabalhista

Disponível em: <http://www.revistaacaergonomica.org/revista/index.php/ojs/article/view/29/133>

Acesso em: 16/07/2020

GONZATTO, R. F. Usuários e produção da existência: contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire à interação humano-computador. 2018. 296 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GRENFELL M. Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gFRYDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=grenfell+bourdieu&ots=M3eweLsgIJ&sig=euxJv1PPu1tZD2gdxTTP\\_wf-K4#v=onepage&q=grenfell%20bourdieu&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gFRYDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=grenfell+bourdieu&ots=M3eweLsgIJ&sig=euxJv1PPu1tZD2gdxTTP_wf-K4#v=onepage&q=grenfell%20bourdieu&f=false)>  
Acesso em: 16/07/2020

KEENOY T. Chapter 22 – Human resource Management - The Oxford handbook of Critical Management Studies. New Oxford: 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em:

< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>> Acesso em: 16/05/2020

MIZIARA, Raphael. O novo regime jurídico do teletrabalho no Brasil. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 7, n. 62, p. 36-45, set./out. 2017.

Disponível em:

[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/116314/2017\\_miziara\\_raphael\\_novo\\_regime.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/116314/2017_miziara_raphael_novo_regime.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Acesso em: 15/07/2020

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 26, n. 4, p. 31-34, Dec. 1986.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901986000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400003&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 26/10/ 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901986000400003>.

LAGO, Mara Coelho de Souza *et al.* Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 19, n. 44, p. 357-366, 2009.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000300010&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 23 de Julho de 2020.

LEAVY P. *Research Design : Quantitative, Qualitative, Mixed Methods, Arts-Based, and Community-Based Participatory Research Approaches*. New York: Guilford Publications, 2017.

MARX, K. Para crítica da Economia Política São Paulo: Nova Cultural, 2005

MIZIARA, Raphael. O novo regime jurídico do teletrabalho no Brasil. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 7, n. 62, p. 36-45, set./out. 2017.

Disponível em:

[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/116314/2017\\_miziara\\_raphael\\_novo\\_regime.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/116314/2017_miziara_raphael_novo_regime.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Acesso em: 30/05/2020

NILLES, J. M. *Telecommunications Transportation Trade Off (paperback)*. 2007. Disponível em: <<https://www.amazon.com/reader/1419667297?encoding=UTF8&page=22>>

Acesso em: 12/05/2020

OLIVEIRA, D. R. Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em *Home Office*, 2018. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10792>>

Acesso em: 12/05/2020

PEREIRA, Claudio Lopes; SEGRE, Lidia Micaela; NASCIMENTO, Rejane Prevot. A ampliação das estruturas de controle por meio das tecnologias de informação e comunicação: a onipresença do "pan-óptico eletrônico" no setor bancário. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 65-84, Mar. 2013

.Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512013000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000100006&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 26/07/2020

SANTOS, M.; FERNANDES, A. C.; LIMA, A. R. Avaliação ergonômica de estações de trabalho informatizadas. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DE SERGIPE, 10., 2018, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE, 2018. p. 359 - 373.

SINGH, Y. C. de A., Brasileiros e trabalho em casa: perfil e escolhas do trabalhador. São Paulo, 2014. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1444503](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1444503)

Acesso em: 30/05/2020

SOARES, J. M. O Lazer e o Tempo do não Trabalho no Capitalismo. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 22(3), 603-622. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15351> Soares, J. M. (2019). O Lazer e o Tempo do não Trabalho no Capitalismo. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 22(3), 603-622. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15351>

SOBRATT -SOCIEDADE BRASILEIRA DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES.

Resultado da Pesquisa *HOME OFFICE* 2018

Disponível em: <http://www.sobratt.org.br/index.php/01122018-pesquisa-home-office-2018/>

Acesso em: 30/05/2020

SOUZA, E. C. L.; FENILI, R. R. O estudo da cultura organizacional por meio das práticas: uma proposta à luz do legado de Bourdieu. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 4, p. 872-890, Dec. 2016 .

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512016000400872&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512016000400872&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 21 de julho 2020.

TREMBLAY, D. Organização e satisfação no contexto do teletrabalho. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 54-65, jul. 2002. ISSN 2178-938X.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37614>>.

Acesso em: 06/05/2020

VASCONCELOS *et alii* Janelas da Pandemia. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.

VIANNA, J. A. O trabalho mediado por TIC -Tecnologias de Informação e Comunicação -e seus efeitos sobre o trabalhador. Minas Gerais, 2012.

Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-8XLKUL/1/tese\\_de\\_doutorado\\_jaqueline\\_abreu\\_vianna\\_2012.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-8XLKUL/1/tese_de_doutorado_jaqueline_abreu_vianna_2012.pdf)>

Acesso em: 30/05/2020